



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Comunicação, Turismo e Artes
Programa de Pós-graduação em Jornalismo

O lugar do crime no jornal
Uma análise da cobertura policial do *Jornal da Paraíba*

Valéria Sinésio da Silva
Orientadora: Prof. Dra. Sandra Moura

João Pessoa – Paraíba

Agosto /2016



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Comunicação, Turismo e Artes
Programa de Pós-graduação em Jornalismo

O lugar do crime no jornal
Uma análise da cobertura policial do *Jornal da Paraíba*

Valéria Sinésio da Silva
Orientadora: Prof. Dra. Sandra Moura

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (Mestrado profissional) da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Jornalismo.

João Pessoa – Paraíba
Agosto /2016

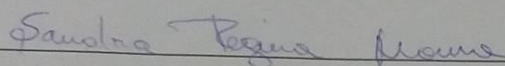
S586l Silva, Valéria Sinésio da.
O lugar do crime no jornal: uma análise da cobertura policial
do Jornal da Paraíba / Valéria Sinésio da Silva.- João Pessoa,
2016.
98f. : il.
Orientadora: Sandra Moura
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCTA
1. Jornalismo. 2. Jornalismo policial. 3. Jornal impresso.
4. Violência. 5. Sensacionalismo.

UFPB/BC

CDU: 070(043)

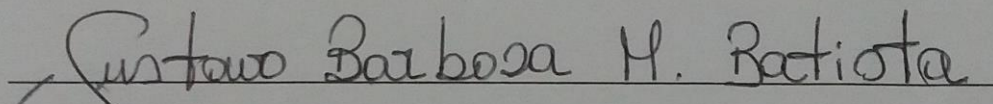
VALÉRIA SINÉSIO DA SILVA

A defesa de mestrado intitulada “O lugar do crime no jornal – Uma análise da cobertura policial do *Jornal da Paraíba*” apresentado no Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi _____ pela banca examinadora.



Orientadora – Prof. Dra. Sandra Regina Moura (UFPB)

Examinador – Prof. Dr. Luiz Custódio da Silva (UFPB)



Examinador – Prof. Dr. Gustavo Barbosa de Mesquita Batista (UFPB)

João Pessoa, ____/____/16.

A:

Davi, meu filho, minha bússola.

Meus pais, minha base.

AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo e de todos, pelo amor que me sustenta, me renova e me faz persistir, mesmo diante das adversidades. A Ele, toda honra e glória.

Aos meus pais, João e Nazareth, por uma vida inteira dedicada ao trabalho para garantir, a mim e aos meus irmãos, uma vida melhor do que a que tiveram.

Ao meu filho, Davi, minha inspiração para prosseguir e minha alegria de todas as horas.

Ao meu marido, Delano Marçal, que foi compreensão e amor quando eu fui ausência.

Aos meus irmãos, Walquíria e Walker, braços que me abraçam mesmo quando não mereço.

Aos amigos que conquistei ao longo da vida, pelos bons momentos compartilhados e por saber que em vocês encontro refúgio.

Ao saudoso *Jornal da Paraíba*, que me permitiu conhecer o jornalismo de uma forma que os livros não conseguiram me mostrar.

À minha orientadora Sandra Moura, pela dedicação ao longo desses dois anos de mestrado.

Aos professores, todos que passaram pela minha vida, e me ajudaram a subir os degraus da educação até aqui – e os que me acompanharão no doutorado, que a partir de agora passo a almejar.

Aos muitos personagens que encontrei nas ruas, sem perspectivas, sem esperanças, muitas vezes, sem ter o que comer. Eles transformaram minhas reportagens. Por eles, me esforcei e aprendi a lutar por um jornalismo mais humano, mais próximo das pessoas, mais igualitário.

“Não sei, só sei que foi assim”. (Ariano Suassuna)

RESUMO

A morte é algo que se noticia diariamente nos jornais. Há quem diga, inclusive, que o jornalismo não sobrevive sem os fatos policiais, que se tornam cada vez mais frequentes diante do aumento nos índices da violência urbana, que parece não escolher raça, sexo ou nível social. No entanto, o que observamos é que há espaços distintos para essas notícias nos jornais. Há mortes que jamais ocuparão o espaço da manchete, enquanto outras terão cobertura diferenciada, com repórter acompanhando o passo a passo das investigações da polícia e cobrando celeridade do processo na Justiça. Dentro dessa perspectiva, observamos ainda que o tratamento superficial na cobertura desses casos é a regra no jornalismo policial, o que pode contribuir com a banalização da violência e a omissão da mídia no seu papel de cobrar políticas públicas eficazes aos gestores. A publicação de notícias como extensão de boletins de ocorrência, muitas vezes não informa sequer o nome da vítima, que se torna invisível para os leitores do jornal. Diante desse contexto, a impressão é que a maioria das mortes não incomoda a imprensa nem a sociedade, por consequência. Por outro lado, quando a violência atinge as camadas mais nobres e pessoas de notório destaque social, o crime ganha repercussão. Para chegar a esse entendimento, recorreremos aos métodos da Análise de Discurso (AD) e Análise de Conteúdo (AC) que nos permitem decifrar os sentidos das palavras e a recorrência de termos e elementos que afirmam essa diferenciação entre o que chamamos de mortos ilustres e invisíveis no *Jornal da Paraíba*. O nosso estudo busca entender quais os critérios considerados nesse processo jornalístico onde as vítimas de crimes violentos podem ser imortalizadas ou minimizadas, de acordo com o tipo de cobertura e pela forma como a notícia é publicada pelo jornal. No recorte analisado, foi possível observar que a cobertura jornalística policial, além de superficial, muitas vezes, desrespeita as vítimas de crimes violentos ao trocar seus nomes por expressões preconceituosas, as quais, de certa forma, parecem ser uma tentativa, ainda que inconsciente, de justificar a morte do sujeito. Por fim, entendemos que a cobertura policial carece, assim como a própria polícia, de investimentos e de melhor preparo dos profissionais.

Palavras-chave: Jornalismo policial. Jornal impresso. Violência. Sensacionalismo.

ABSTRACT

Death has frequently been a piece of news present in newspapers. In fact, some might say that journalism would not survive the lack of police occurrences which are becoming ever more frequent due to the increase of urban violence indexes that seem not to select race, gender or social status. Nevertheless, what is observed is that there are distinct spaces for these pieces of news in the papers. On no account will some deaths ever hog the headlines, whereas others will have special media coverage, with reporters covering the police investigation steps as well as demanding celerity in the Justice processes. In this perspective, we have yet observed that the treatment given to the coverage of these cases rules police journalism, which may contribute to the banalization of violence and an omitted media in its role to claim on efficient public polices from the administrators. News publication as an extension of police reports frequently leaves the victim's name uninformed, thus turning them invisible to the readers. Given this context, it gives the impression that the vast majority of deaths bother neither the press nor society, consequently. On the other hand, when violence reaches the noblest layers and notorious prominent people, crime has far-reaching repercussion. In order to reach this understanding, we have referred to methods of Speech Analysis (SA) and Content Analysis (CA) which have allowed us to decode the meaning of words as well as the recurrence of terms and elements that claim to this distinction between what we call the illustrious and invisible dead in the *Jornal da Paraíba*. Our study aims at understanding what the criteria is in this journalistic process, in which these victims of violent crimes tend to either be immortalized or minimized, according to the type of coverage given and the form that this piece of news is treated in the paper. In the extract analysed, it was possible to observe that crime coverage apart from being superficial, it most often disrespects the victims of violent crimes using biased expressions in place of their names, thus, somehow being attempts, though unconscious, to justify their deaths. At last, we understand that this crime coverage lacks, as well as the Police themselves, investments and better staff training

Keywords: Police Journalism. Newspaper. Violence. Sensationalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1	
1 CONTEXTUALIZANDO A CRIMINALIDADE.....	17
1.1 Crime e criminologia.....	17
1.2 Conceito de homicídio	21
1.3 Jornalismo policial	22
1.3.1 A fragilidade da cobertura jornalística.....	33
1.3.2 ‘A polícia disse, está dito’	35
1.3.3 Jornalismo policial na Paraíba.....	41
CAPÍTULO 2	
2 DO FATO À NOTÍCIA.....	44
2.1 As teorias do jornalismo.....	48
CAPÍTULO 3	
3 A PESQUISA.....	54
3.1 Questionários.....	55
3.2 A Análise Crítica do Discurso.....	58
3.3 Análise de Conteúdo.....	64
CAPÍTULO 4	
4 RESULTADOS.....	67
4.1 O mês de março: os ilustres e os invisíveis.....	67
4.2 O mês de abril: a repercussão do caso Aryane.....	69
4.3 O mês de maio: a invisibilidade marcante.....	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
6 REFERÊNCIAS.....	78
7 APÊNDICES.....	83
7.1 Questionários aplicados.....	84
7.1.1 Questionário com a jornalista Luzia Santos.....	84
7.1.2 Questionário com o jornalista Phelipe Caldas.....	86

7.1.3	Questionário com o jornalista João Paulo Medeiros.....	88
8	ANEXOS.....	90

LISTA DE QUADROS

Mês de março: os ilustres e os invisíveis.....	68
Mês de abril: a repercussão do caso Aryane Thaís.....	72
Mês de maio: a invisibilidade marcante.....	74

INTRODUÇÃO

Notícias sobre as tragédias humanas sempre despertaram a curiosidade do público. Tratada, muitas vezes, com frieza e sem contexto sobre as histórias de vida dos personagens, a morte nas páginas dos jornais costuma se resumir a dados estatísticos. Diariamente é possível encontrar matérias que parecem ser a extensão dos boletins de ocorrência da polícia. Nessas notícias, pouco se sabe sobre as vítimas. Também nem sempre há acompanhamento do desenrolar dos fatos. A investigação desses casos, o aprofundamento são, de regra, esquecidos pelo jornalismo.

Por outro lado, há mortes que ganham destaque nos jornais, viram manchetes. Logo se transformam na pauta principal que precisa de acompanhamento. Assim, a cada dia, o jornal publica uma notícia sobre os desdobramentos. A investigação policial é acompanhada de perto pelos repórteres. Nesses casos, há contextualização das histórias e o jornalismo se esforça para trazer reportagens mais completas para seus leitores. Mais que isso: vai às ruas para mostrar a indignação e o clima de medo que envolve a população diante de determinado crime.

Uma situação que pode exemplificar essa discrepância no tratamento de notícias é a violência doméstica. Há na sociedade a dúvida se os casos aumentaram ou se as mulheres se sentem mais seguras em ir à uma delegacia de polícia e denunciar seus companheiros por agressão, seja ela física ou psicológica. Enquanto não se chega a um consenso – talvez haja verdade nas duas suposições – a imprensa noticia uns casos em detrimento de outros, como se a violência sofrida por uma vítima tivesse mais relevância que outra. Partindo do princípio que qualquer tipo de violência deve ser combatida, como entender essa escolha da mídia? Que elementos tornam uma história mais ‘atraente’ que outra, do ponto de vista jornalístico? Seria o tipo de crime ou a condição social da vítima?

Foi a partir dessa diferenciação na forma de tratamento das notícias jornalísticas sobre as mortes de diferentes sujeitos que surgiu a inquietação que deu origem a este estudo. O nosso objetivo é investigar os critérios de noticiabilidade considerados pela mídia no momento de publicação das notícias sobre mortes violentas. Por que as mortes nos jornais são tratadas de forma diferenciada? O que explica a diferença entre elas? Seria a condição social do sujeito fator determinante para o jornal escolher qual morte

merece destaque em suas páginas? Quanto mais abastado for o sujeito, mais a sua morte teria importância para a mídia? Seria essa a lógica vigente nas redações?

Essa hierarquização foi encontrada nas notícias policiais publicadas no veículo de imprensa que serve de base para este estudo acadêmico – o *Jornal da Paraíba*. A análise leva em consideração as mortes violentas – Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) – homicídios, ocorridos no estado da Paraíba nos meses de março, abril e maio de 2010, e noticiados no veículo em sua edição impressa, que deixou de circular em abril de 2016.

Sabe-se que, segundo o Mapa da Violência 2012¹, no ano de 2010 a Paraíba estava no grupo das unidades federativas com elevados índices de violência. A taxa era de 38,6 mil homicídios em 100 mil habitantes, figurando entre os seis estados mais violentos do país. Em números totais, a Paraíba teve registrado no ano de 2010 o total de 1.454 homicídios. Com tantas mortes, não faltaram notícias sobre o assunto. O Mapa da Violência mais recente, datado de 2015, intitulado ‘Mortes matadas por arma de fogo’, revela que a Paraíba continua em situação preocupante em relação ao número de homicídios. O crescimento no período de doze meses foi superior a 100%, conforme o estudo. A quantidade de homicídios de pessoas jovens no ano de 2012 (ano de referência) foi de 1.260, chegando a impressionante marca de pelo menos três homicídios/dia na Paraíba.

Evidente que não seria possível noticiar cada um desses homicídios com destaque no jornal, até pela limitação de espaço – para não citar outros fatores. É nesse ponto, o de saber os critérios utilizados para noticiar os casos de violência, que este estudo se norteia. Ao deixar de acompanhar determinados casos, o jornal poderia ser responsabilizado pela omissão de cobrar políticas públicas aos governos? Seria o jornal cúmplice de um sistema que despreza parte de sua população? O discurso se diferencia de acordo com a condição do sujeito. Ou seja, uma vítima de homicídio que morava na periferia da cidade não ‘merece’ mais que um simples registro no jornal – muitas vezes, sem identificação. Já um sujeito conhecido na sociedade, que ocupa determinado cargo

¹ O Mapa da Violência é publicado anualmente pelo Instituto Sangari e traz dados sobre mortes violentas: homicídios e latrocínios, acidentes de trânsito, etc. A taxa tolerável de incidência deste tipo de morte, catalogada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas (ONU) seria de 10 mortes por 100 mil habitantes. Portanto, a Paraíba excede em três vezes o mínimo estabelecido.

pertence a uma família abastada financeiramente, seria ‘digno’ de uma notícia aprofundada.

Um simples olhar pelas páginas do jornal poderia ser suficiente para perceber essa hierarquização das notícias sobre as mortes dos sujeitos, mas é sempre mais seguro buscar sustentação em autores que abordam o tema e sinalizam caminhos para a compreensão do que parece simples, mas não é. Essa diferenciação está diretamente ligada à Análise do Discurso (AD), que não é neutro e tem suas intenções. A AD é o principal método utilizado neste trabalho acadêmico. Destacamos aspectos acerca de seu surgimento, buscando compreender como a AD contribui para o entendimento da linguagem dos textos jornalísticos, etc. Pontuamos, também, o silêncio contido nas matérias. Os principais teóricos da AD considerados aqui são Foucault (2014) e Pêcheux (2012). A Análise de Conteúdo também nos serviu de base para a reflexão acerca deste assunto, para qual utilizamos a linha de pensamento de Bardin (1977).

Mas, voltando às notícias sobre mortes, o que se observa, com frequência, é a superficialidade e a efemeridade das informações levadas ao público na maioria delas. Nesses casos, as vítimas se transformam em números, e são, de certa forma, marginalizadas. Não raro, a polícia, ainda no local do crime, sugere que a vítima tinha envolvimento com o tráfico de drogas, em uma tentativa (talvez inconsciente) de justificar a morte – e encerrar o assunto. Muitas vezes, essa situação é publicada pela imprensa sem nenhuma contestação. Aqui, existe o risco de uma pessoa íntegra, sem antecedentes criminais, ser marginalizada. Uma marginalização dupla: pela polícia e pela imprensa.

Há no jornal duas espécies de mortos: os invisíveis e os ilustres. Falemos sobre a primeira espécie, os invisíveis ou inomináveis. São aqueles reduzidos a estatísticas. Suas mortes são noticiadas em textos breves, de poucas linhas, que mais parecem formulários de delegacias à espera da próxima vítima para preencher os dados. São histórias contadas pela metade, fragmentos de notícia, que poucos (ou nada informam). Muitas vezes, distorcem.

Há também, no jornal, os ilustres – assim chamados por serem imortalizados em matérias de capa e reportagens especiais. Para esses, não basta noticiar a morte. É preciso acompanhar o velório, o enterro, ouvir familiares, amigos e vizinhança, questionar e cobrar das autoridades solução para o crime etc. É comum o jornal trazer

notícias nos dias subsequentes à morte com os desdobramentos do acontecimento. Há, podemos assim dizer, uma humanização da notícia. São esses casos que ganham repercussão e pautam os veículos nos dias e meses seguintes.

Segundo Mouillaud (2002, p. 350), “reconhece-se um grande morto na medida em que tende a ser único: a informação única; na primeira página, ele apaga todas as demais informações”. E afirma também que: “O grande morto na primeira página é pago em informações: todas aquelas que o jornal suprimiu para lhe ceder lugar. O grande morto constrange o jornal ao desperdício”. (MOUILLAUD, 2002, p. 351). Esse espaço, destinado aos mortos ilustres, é restrito a poucos.

O forte impacto provocado pela morte de determinados sujeitos poderia ter como explicação a crueldade (a forma como a morte ocorreu), mas se esse fosse o fator determinante, como explicar o fato de que mortes brutais – como de moradores de ruas espancados até a morte com socos e pontapés ou pais que matam seus próprios filhos por motivos banais, como herança – foram noticiadas pelo *Jornal da Paraíba* apenas como ‘mais um homicídio’? Essa variante parece não ser suficiente para determinar o lugar do crime no jornal.

Nessa análise, é importante falar nas exceções, embora não tenhamos encontrado no recorte do nosso estudo. Exceção, por exemplo, em julho de 2009, quando cinco pessoas da mesma família, inclusive crianças, foram mortas a golpes de facão, dentro de casa, na madrugada, no bairro do Rangel. Embora as vítimas sejam pessoas humildes, com pouca ou nenhuma instrução, o caso ganhou repercussão nacional. Uma das vítimas, grávida de gêmeos, tornou o caso ainda mais chocante, e rendeu notícias aprofundadas inclusive no *Jornal da Paraíba* que fez uma cobertura completa do crime que ficou conhecido como ‘Chacina do Rangel’. Os autores do crime, segundo a polícia, foram os vizinhos das vítimas. A motivação teria sido as constantes brigas entre os filhos dos acusados e das vítimas.

A cobertura nesse caso específico se estendeu nas semanas seguintes. No julgamento do casal, ocorrido em setembro de 2010, o jornal se fez presente no Tribunal do Júri de João Pessoa. Cinco anos após a chacina, o *Jornal da Paraíba* trouxe reportagem especial na edição do domingo mostrando como viviam os sobreviventes, e relembrou o crime aos leitores trazendo elementos até então inéditos que constavam no processo judicial. A chacina do Rangel é uma exceção na cobertura jornalística. Nesse

caso, fica claro que a crueldade com a qual as vítimas foram mortas foi o fator determinante para o destaque que o caso alcançou.

Notícias carregadas de emoção nas entrelinhas levam o leitor a se identificar com o sofrimento da vítima e de seus familiares. Seguindo essa lógica, notícias desprovidas dessa emoção, não despertam a solidariedade no mesmo grau. Ao fazer essa diferenciação, a imprensa leva a sociedade a se indignar com determinados fatos (que ganham repercussão) e outros não (onde há descontinuidade). É como se a mídia escolhesse quais crimes se tornariam traumas da sociedade. Matheus (2011, p. 25) destaca que “O medo molda o cotidiano das grandes cidades, desde seus contornos arquitetônicos até o comportamento de seus habitantes”. Em outro momento, Matheus (2011, p.25) afirma que “a partir de certa representação midiática da cidade, cada região ou bairro é tipificado segundo determinados medos, o que não significa que alguns deles não sejam comuns a vários lugares”.

A relevância do tema se dá pelo momento de discussão acerca da questão da violência e o papel da mídia para a construção de um mundo mais igualitário, inclusive no que diz respeito aos direitos humanos, que deve atender a todos, independentemente de raça, classe social ou escolaridade. A partir do momento que o jornalismo seleciona os casos, deixa tantos outros à mercê da própria sorte. Com isso, privilegia uns em detrimento de outros. Não podemos esquecer que os casos que se destacam na imprensa são, também, os que mais apresentam solução por parte da polícia, que marcam entrevistas coletivas para apresentar os suspeitos (muitas vezes apresentados como acusados, mesmo sem a condenação).

De uma forma geral, a cobertura policial no *Jornal da Paraíba* é tão rotineira quanto à violência urbana, salvo as exceções dos mortos ilustres, protagonistas dos casos de repercussão midiática. Como explicar a repercussão de alguns crimes e o desprezo de tantos outros? Que fator seria preponderante nessa escolha? Seria mesmo a condição social do sujeito?

Nos objetivos específicos do trabalho estão: verificar, de forma quantitativa, a ocorrência de quantos casos de mortes violentas ganharam repercussão no jornal no período analisado; identificar os elementos discursivos utilizados pelo veículo para levar as notícias ao público/leitores; e averiguar os critérios de noticiabilidade utilizados pelo jornal para publicar uma notícia com mais destaque que outra.

Este estudo está dividido em quatro capítulos. No primeiro, é feito um contexto histórico e social da violência ao longo dos séculos. Ainda nesse capítulo discutimos o que vem a ser crime e como esse problema é abordado pela mídia. Os conceitos sobre jornalismo policial se apoiam em autores como Fortes (2012), Pena (2008), Traquina (2005), Lage (2004), Moretzsohn (2007), Genro Filho (1987), Fausto Neto (1991).

O estudo, ainda no primeiro capítulo, aborda também questões como os limites da relação entre jornalistas e fontes, objetividade da notícia e teorias do jornalismo. As teorias, inclusive, são importantes constar desta dissertação porque ajudam a explicar os critérios de noticiabilidade no jornalismo.

O segundo capítulo trata das teorias do jornalismo, como o *Gatekeeper* e o *Agenda Setting*. Além desses conceitos, fizemos uma discussão acerca do processo de produção nas redações, buscando entender como os fatos do cotidiano se transformam em notícias. E ainda a mudança no processo de produção em tempos de convergência midiática.

No capítulo dedicado à metodologia, trabalhamos efetivamente com o recorte de notícias, que compreende o período de março a maio de 2010, representado por um total de 65 edições – as edições dominicais ficaram de fora da análise porque não publicam as ocorrências policiais do dia anterior. Ainda na metodologia, utilizamos o método do questionário, aqui aplicado a três jornalistas que assinam as matérias analisadas no período citado.

No quarto capítulo apresentamos os resultados da pesquisa. O quinto e último capítulo se destina a apontar caminhos e possíveis soluções para uma cobertura jornalística mais humanizada e próxima dos direitos humanos.

1. CONTEXTUALIZANDO A CRIMINALIDADE

1.1 Crime e criminologia

Nada parece chamar mais a atenção da sociedade que as notícias sobre a dor e a tragédia de seus pares. A curiosidade acerca das dores humanas é difícil de ser explicada, e o caminho para essa compreensão envolve o estudo de várias ciências. Uma delas é a criminologia, “ciência que se volta ao estudo do crime como fenômeno social, bem como do criminoso como agente do ato ilícito [...]” (NUCCI, 2011, p. 68).

A criminologia pode ser observada sobre dois paradigmas: o etiológico e o da reação social. De acordo com o paradigma etiológico, a criminologia busca as causas do crime, em geral, observadas como sendo de natureza antropológica, psíquica, social ou ambiental. Todavia, conforme o paradigma da reação social, a criminologia estuda os rótulos, ou seja, as etiquetas que definem alguém como delinquente em uma determinada sociedade. Este último paradigma surge da reflexão de que a impunidade é uma regra geral, uma vez que são poucos os delitos praticados que recebem uma sanção penal. (MOLINA, 2003)².

Logo, se a impunidade é a regra, o que faz com que alguns indivíduos sejam selecionados pelos aparelhos de controle social para figurarem como delinquentes? Ou ainda mais especificamente: o que faz as pessoas serem etiquetadas como delinquentes enquanto outras que praticaram os mesmos fatos não o são? Neste sentido, a criminologia preocupa-se com a estrutura que determina a seletividade penal e a definição de delinquência em uma determinada sociedade: pune-se a pobreza na América; os imigrantes na Europa; e os indivíduos não islâmicos em países do Oriente Médio. Enfim, existirão sempre pessoas ‘vulneráveis à criminalização’ nas diversas partes do mundo e processos de etiquetamento da delinquência por razões de classe social, origem, raça, profissão de fé, etc. (MOLINA, 2003).

Casoy (2014, p. 19) destaca que “a Escola Clássica baseia-se na ideia de que pessoas cometem certos atos ou crimes utilizando-se de seu livre-arbítrio, ou seja, tomando uma decisão consciente com base em uma análise de custo e benefício”. Já a teoria freudiana, afirma a autora, defende a tese de que a violência nasce em consequência dos conflitos internos dos homens. A positivista, por sua vez, acredita que

² MOLINA, Antônio García Pablo. ; GOMES, L.F. Criminologia. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

os indivíduos não têm controle sobre suas ações e que tudo o que acontece tem explicação na genética, classe social, meio ambiente e influência de outras pessoas, dentre outros fatores (CASOY, 2014).

A criminologia, segundo Junior (2000, p. 15), é caracterizada como uma ciência, “pois dispõe de um objeto de conhecimento próprio, que é o homem criminoso e a criminalidade, possui métodos próprios, solidificada por meio de investigações por toda a humanidade, mas de base empírica”. Embora seja comumente confundida com Direito Penal, a criminologia tem suas particularidades. Também não se deve confundi-la com a criminalística, que “é o sistema que se utiliza dos dados de observação e de conhecimentos científicos” (JUNIOR, 2000, p. 16).

A criminologia sociológica norte-americana da Escola de Chicago, segundo Batista (2003, p. 51), “suruiu a partir das migrações urbanas e dos guetos formados pelo processo de industrialização”. De acordo com a autora, a ruptura com a criminologia tradicional foi observada entre os anos 1940 e 1950, com a presença da Escola Interacionista, que estabeleceu “A causa do delito é a lei, não quem a viola, por ser a lei que transforma condutas lícitas em ilícitas”. A ruptura definitiva se dá entre os anos 1960 e 1970. Mais tarde, a criminologia acaba por superar a metafísica idealista e passa a analisar esse fenômeno a partir de três eixos: prático, social e histórico. “Esta superação desmantela qualquer visão que queira analisar o crime fora do contexto geral da sociedade”. (BATISTA, 2003, p. 53).

O crime, palavra que chega a causar temor em algumas pessoas, tem “sentido forte e único na sociedade”, segundo destaca Nucci (2011, p. 172). Foucault (1999, p.87) afirma que “é a sociedade quem define o crime em função de seus interesses próprios”. Ou seja, o comportamento que incomoda e causa repulsa, os homens decidem classificar como crime. E para cada crime, há um tipo de pena correspondente, dentre as quais a privação de liberdade, por meio da pena de reclusão ou detenção.

As prisões, que deveriam servir como método corretivo, acaba por fabricar delinquentes. As condições precárias das penitenciárias em nada contribuem para educar os detentos, que terminam por reincidir no crime quando voltam para as ruas. As prisões que deveriam diminuir as taxas de criminalidade terminam por aumentá-las ou mesmo multiplicá-las. A verdade é: tem mais chance de voltar para a prisão quem viveu encarcerado. (Foucault, 1987).

A partir do momento que a prisão impõe suas regras, o indivíduo preso – se ainda não o é – tem aumentadas suas chances de se tornar um verdadeiro delinquente. As regras da prisão são cruéis, desumanas, e incluem, além do isolamento social, um tratamento que atinge não apenas os detentos, como também os seus familiares, em uma espécie de extensão de pena. Juntos ou separados, esses elementos podem desencadear o sentimento de injustiça aos prisioneiros que se veem minimizados a quase nada. Acaba que, ao perceber que o castigo é mais duro que o determinado pela lei, o encarcerado se enche de revolta contra tudo que o cerca. Passa de ‘culpado’ a vítima de um sistema opressor e pensa – por que não? – como driblar os rigores da lei. (Foucault, 1987). “Recuperação ou castigo, boa ou má solução para a criminalidade, a prisão é um debate permanente, que durante muito tempo serviu aos governos como exibição de sua modernidade, de sua adesão aos princípios liberais”. (MAIA et. al., 2009, p. 9).

Voltando a Foucault, ele nos faz lembrar as máximas da ‘boa prisão’, como forma de evitar a fabricação ou o aprimoramento de delinquentes. A primeira delas é o princípio da correção, pelo qual se deve prezar pela transformação do comportamento do indivíduo preso. Outro ponto é que os detentos devem ser isolados ou cumprir a pena de acordo com o crime cometido, sendo que fatores como idade também devem ser considerados. Contudo, o que acontece, sobretudo nas prisões brasileiras, é a colocação dos detentos na mesma cela: homicidas, traficantes de drogas e ladrões de bancos ao lado de presos que furtaram um celular. Há um descompasso nessa realidade. É o chamado princípio da classificação. As penas devem observar as regras do regime progressivo, através do princípio da modulação das [penas](#). (Foucault, 1987).

Foucault (1987) lembra do trabalho como uma das peças de transformação dos detentos (princípio do trabalho como obrigação e como direito); educação nas prisões (princípio da educação penitenciária); atendimento especializado (princípio do controle técnico da detenção); e, por último, o princípio das instituições anexas, que prevê o acompanhamento de medidas de controle e de assistência até sua total ressocialização. (Foucault, 1987).

Em consequência desse processo, Foucault destaca que o crime não é natural, mas surge da vontade do homem. Os desvios de conduta considerados inaceitáveis pela sociedade foram classificados como crimes, a exemplo do homicídio, estupro, latrocínio etc. É importante destacar que nem todo crime é necessariamente violento. Calúnia, difamação e injúria, por exemplo. Ou ainda estelionato e uma série de condutas

classificadas como crimes pela legislação brasileira. Outro ponto a ser frisado é que o que é considerado crime em um país, pode não ser em outro, isso porque há variação do tempo e do espaço.

Recorrendo a Nucci (2011, p. 172), podemos dizer que o crime é artificial, “pois independe de fatores naturais, constatados por um grupo de percepção sensorial, uma vez que se torna impossível classificar uma conduta, ontologicamente, como criminosa”. O homem, então, considerou relevante impor uma punição para cada tipo de crime, como forma de coibir sua prática. É importante destacar que o Código Penal brasileiro estabelece diferenças entre crime, também chamado de delito, e contravenção penal, que seria uma infração mais leve. De acordo com Nucci (2003, p. 177), “os crimes sujeitam seus autores a penas de reclusão ou detenção, enquanto as contravenções, no máximo, em prisão simples”. Santos (1998, p.12) define o crime como “um fenômeno extremamente complexo, cujo conceito envolve aspectos morais, religiosos, econômicos, culturais, filosóficos, políticos, jurídicos, históricos, psicológicos, antropológicos [...]”.

Alguns autores e estudiosos construíram uma relação direta entre o crime e a pobreza, e afirmam haver uma íntima ligação entre ambos, sendo o primeiro uma consequência do segundo, que inclui não apenas a dificuldade financeira, como também o acesso precário (ou a falta) à saúde, educação, lazer e moradia. Para Rousseau, a miséria é a mãe dos grandes delitos. Para Voltaire, o roubo e o furto são os delitos do homem pobre. A falta dos direitos básicos como cidadão, seria um forte fator para que o indivíduo seja seduzido pela criminalidade. Batista (2003, p. 35) destaca que “do ponto de vista das elites brasileiras, as massas urbanas de trabalhadores, em sua maioria negros, vivendo nos morros, quilombados, constituem contingentes perigosos”. Em outro trecho a autora fala da construção da figura do criminoso pela mídia. Vejamos:

O estereótipo do bandido vai se consumando na figura do jovem negro, funkeiro, morador da favela, próximo do tráfico de drogas, vestido com tênis, boné, cordões, portador de algum sinal de orgulho ou de poder, e de nenhum sinal de resignação ao desolador cenário de miséria e fome que o circunda. A mídia, a opinião pública destacam o seu cinismo, sua afronta. São camelôs, flanelinhas, pivetes e estão por toda parte, até em supostos arrastões na praia. Não merecem respeito ou trégua, são os sinais vivos, os instrumentos do medo e da vulnerabilidade, podem ser espancados, linchados, exterminados ou torturados. (BATISTA, 2003, p.35).

1.2 Conceito de homicídio

Dentre as muitas possibilidades de crimes previstas no Código Penal brasileiro, datado do ano de 1940 e considerado ultrapassado em muitos pontos, está o homicídio, que significa, de forma simples e direta, o ato de matar alguém. Trazer o conceito desse tipo de crime se faz importante para explicar o nosso objeto de estudo. Segundo Bitencourt (2014, p. 50), a adoção dessa terminologia “não seguiu as orientações da maioria dos diplomas alienígenas, que, não raro, preferiam classificá-lo em assassinato, quando, por alguma razão, apresentasse maior gravidade, e homicídio, para a modalidade comum”. O homicídio é punido em praticamente todas as culturas mundiais.

Com o surgimento do Código Penal brasileiro a expressão homicídio passou a ser utilizada para se referir ao crime que suprime a vida do próximo, independentemente das circunstâncias observadas e dos meios utilizados. A expressão assassinato, portanto, passou a ser usada como sinônimo de homicídio, o qual, na legislação brasileira, é dividido em três categorias: simples, qualificado e privilegiado. Em outras legislações, assassinato significa a forma qualificada ou cruel do homicídio. O homicídio simples é a figura básica, elementar, original na espécie; o privilegiado é quando o homicídio é cometido por relevante valor social ou moral, diminuindo a pena; e por fim, o qualificado é a forma mais grave desse tipo de crime. As qualificadoras previstas no Código Penal brasileiro são: motivos, meios, modos e fins. (BITENCOURT, 2014).

O homicídio³ pode ser considerado doloso ou culposo⁴. Prado (2008, p. 76) define culposo quando “no delito de homicídio o agente inobserva o cuidado de objetivamente devido, a diligência indispensável em face das circunstâncias e produz, de consequência, o resultado morte”. O doloso, por sua vez, é quando o agente quer o resultado, ou assume o risco de produzi-lo.

³ O homicídio e suas qualificadoras, bem como suas classificações, está disciplinado no artigo 121 do Código Penal brasileiro, de 1940.

⁴ Via de regra, o homicídio é um crime doloso (intencional), sendo a forma culposa excepcional e prevista no art. 121, § 3º do Código Penal ou no art. 302 da lei n.º 9.503 de 1997, este último artigo e lei, tipificando o homicídio culposo no trânsito, ou seja, na direção de veículo automotor.

Homicídio é a eliminação da vida de alguém levada a efeito por outrem. Embora a vida seja um bem fundamental do ser individual-social, que é o homem, sua proteção legal constitui um interesse compartilhado do indivíduo e do Estado. A importância do bem vida justifica a preocupação do legislador brasileiro, que não se limitou a protegê-la com a tipificação do homicídio, em graus diversos (simples, privilegiado e qualificado), mas lhe reservou outras figuras delituosas, como o aborto, o suicídio e o infanticídio, que, apesar de serem figuras autônomas, não passam de extensões ou particularidades daquela figura central, que pune a supressão da vida de alguém. (BITENCOURT, 2014, p. 50-51).

Pagliuca (2007, p. 21) explica que o homicídio era considerado delito desde os tempos remotos da história humana. O autor destaca que “Carrara definia homicídio como ‘a destruição do homem injustamente cometida por outro homem’”. Na Roma antiga, o homicídio veio a ser considerado um crime público, classificado como *parricidium* (expressão utilizada para definir a morte de uma pessoa próxima – parente, familiar ou integrante do clã). Conforme Pagliuca (2007), posteriormente “a palavra serviu para designar a morte de parentes próximos”. Ainda em Roma, o *parricidium* era severamente punido.

Durante a Idade Média, a pena de morte era o castigo para o sujeito que viesse a ceifar a vida de outro. “Com o período humanitário, defende-se o tratamento mais benévolo aos acusados de homicídio comum, ocorrendo a gradativa substituição da pena capital pela prisão celular, cumulada com trabalhos forçados”. (PRADO, 2008, p.63).

1.3 Jornalismo policial

Um homem morto no meio da rua; uma mulher assassinada pelo marido dentro de casa; um adolescente, aliciado pelos traficantes, que morre durante uma briga de facções criminosas; uma idosa morta ao reagir a um assalto. Notícias desse tipo são publicadas diariamente nos jornais. A curiosidade do público diante de episódios de violência talvez seja a explicação para a presença, cada vez mais frequente, das notícias policiais nos jornais. O público ao qual nos referimos, é importante destacar, segundo McQuail (2013, p. 374), “são, ao mesmo tempo, produto do contexto social e uma resposta a um determinado padrão de oferta de mídia”. Segundo Tarde (2005, p. 8), “o público só pode começar a nascer após o primeiro grande desenvolvimento da grande imprensa, no século XVI”. Sob o argumento de que a violência é mostrada porque o público quer assim, os jornais enchem suas páginas de sangue e terror diante de determinadas ocorrências policiais.

No entanto, os jornais trazem a morte todos os dias em suas páginas, não somente na seção enquadrada e editada como tal – necrologia – mas também espalhada nas diversas editoriais. Mais radical ainda, o jornal sensacionalista transforma a morte em seu assunto de capa, como se rendesse um culto diário e fetichizado à morte. (ANGRIMANI, 1995, p. 53).

Mas antes de buscar essa resposta, vamos iniciar uma discussão acerca do jornalismo policial, o qual, dependendo do formato adotado, pode se tornar um desserviço à população. Sobretudo quando o jornalismo policial preza pelo sensacionalismo, que a cada dia se faz mais presente. “O mais curioso é o sensacionalismo estar sendo sancionado como bom jornalismo. Isto talvez porque bom jornalismo é coisa mais atrasada do que politicamente correto” (SOUZA, 2014).

O sensacionalismo, sobre o qual há tanta polêmica, segundo Angrimani (1995, p. 14), “é confundido não só com qualificativos editoriais como audácia, irreverência, questionamento, mas também com imprecisão, erro na apuração, distorção, deturpação, editorial agressivo”. Os autores nos mostram que é possível sim fazer jornalismo policial distante do sensacionalismo, que para as vítimas e seus familiares, só aumenta o sofrimento.

Segundo Traquina (2008, p. 79), “onde há morte, há jornalista. A morte é um valor-notícia fundamental para esta comunidade interpretativa e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado diariamente nas páginas do jornal”. Nas cenas de um crime de homicídio, muitas vezes, jornalistas chegam antes mesmo que a própria polícia. Embora seja um assunto que precise ser tratado com responsabilidade, é comum o jornalismo policial ser feito por amadores, sem nenhum conhecimento das técnicas do jornalismo⁵.

De acordo com Alsina (2009, p. 154), “os delitos, os acidentes e as catástrofes recebem uma atenção importante por parte dos meios de comunicação”. Ele explica que a mídia transmite um certo grau de violência, o que tem como consequência direta é a população ficar temerosa. Em uma situação como essa percebemos o quanto é forte a influência da mídia nesse processo, inclusive para marginalizar determinados bairros da cidade. “A estigmatização da favela como lugar do perigo social está amplamente

⁵ A exigência do diploma de jornalismo para exercício da profissão foi derrubada em 17 de junho de 2009 no Supremo Tribunal Federal (por 8 a 1). O entendimento dos ministros que votaram contra a exigência do diploma é que isso seria uma afronta à Constituição Federal, impedindo a liberdade de expressão.

difundida no imaginário, e os jornais reproduzem esses conceitos conhecidos pelo público”. (MATHEUS, 2011, p. 30).

No início do século 1900, com a reestruturação dos jornais, segundo Medina (1988, p.61): “As notícias de polícia, particularmente, que outrora, mesmo quando se tratava de um crime rocambolesco, não mereciam mais que algumas linhas, agora ocupavam largo espaço”. A mudança tinha o objetivo de atender ao gosto do público, o mesmo argumento utilizado nos dias atuais. Enquanto na televisão os programas policiais exibem sangue na hora do almoço e mães desesperadas chorando as mortes de seus filhos adolescentes, os portais e jornais reproduzem algo semelhante, dadas as proporções. Vítimas sem nomes, sem histórias, se tornaram a coisa mais normal do mundo na mídia. Estamos diante da banalização da violência, não resta dúvida.

Possivelmente por isso, o jornalismo policial exige um comportamento peculiar por parte do repórter que faz as coberturas dessa área. Kotscho (1989, p. 58) destaca que “não se trata simplesmente de registrar o fato, como um prolongamento dos boletins de ocorrência da própria polícia, mas de ir fundo nas buscas das suas causas e consequências”. O boletim de ocorrência é definido por Barcellos (2004, p. 89) como sendo “um documento público onde os policiais civis são obrigados a registrar os dados principais dos crimes ocorridos em sua jurisdição, baseados nos relatos das testemunhas”.

Embora os livros tragam técnicas de como fazer o jornalismo policial, o que acontece nas redações é bem diferente. Primeiro porque não há, no jornalismo policial, pelo menos na Paraíba, o *status* conferido em outras editoriais, como política ou economia. É um jornalismo visto com um certo desprezo por quem acha que jornalismo policial é coisa de iniciante ou de profissional despreparado. Talvez porque, não raro, é o repórter novato que recebe a missão de cobrir a área policial, enquanto os repórteres mais experientes são distribuídos em outras editoriais. Essa situação sugere que o jornalismo policial dispensa preparação.

De acordo com Rodrigues (2002, p.83), “mais do que qualquer outra editoria, a de polícia exige apreço sistemático pela exatidão de dados e informações, para evitar desastres provocados por nomes trocados e inocentes incriminados”. O repórter policial precisa ter perspicácia e até mesmo um pouco de esperteza para não acreditar de imediato em tudo o que ouve e vê. Contudo, o que observamos na prática são repórteres

(inclusive sem formação acadêmica) fazendo a cobertura policial e cometendo as piores atrocidades possíveis que o jornalismo pode prevê. “Se o sensacionalismo jornalístico fosse motivo de punição (por si só) muitas grades de emissoras de televisão e radiodifusão estariam desfalcadas de programas que lhes rendem enorme audiência”. (COELHO, 2012).

Ramos e Paiva (2007, p. 15) afirmam que “historicamente, a reportagem policial tem sido um dos setores menos valorizados nos jornais e, costumava ser delegada a profissionais menos experientes ou preparados do que os setores considerados ‘sérios’”. Para Fortes (2012), “esse tipo de cobertura, a policial, não deve ser feita de forma empírica, tanto que é um dos setores mais especializados da imprensa no mundo todo”. Grandes reportagens investigativas mostram o quanto o jornalismo policial exige capacitação. Exemplo disso é o caso *Watergate*, cobertura que se prolongou por dois anos e se tornou o maior exemplo de jornalismo investigativo no mundo. “Nunca despreze uma pauta, antes de saber o que ela pode render, mesmo que o assunto não seja muito agradável”. (KOTSCHO, 1989, p.18).

Não estamos dizendo aqui que o repórter novato não tem competência para esse trabalho, mas falta-lhe, na maioria dos casos, um conhecimento prévio para a contextualização das notícias. Uma preparação que deveria começar ainda nas universidades, inclusive com aulas sobre direitos humanos e sua relação com o jornalismo. Um profissional que tem consciência dos direitos da sociedade certamente estará mais bem preparado para fazer a cobertura policial na qual as vítimas costumam ser marginalizadas, muitas vezes pelo simples fato de morar na área periférica da cidade ou ser estudante de escola pública.

É certo, no entanto, que há uma maioria de jornalistas que carece de mais investimentos das empresas – assim como eles deixam de investir em si mesmos nos planos educacional e profissional, seja por acomodação, seja por desencanto, seja por falta de tempo e de recursos (os salários da categoria são historicamente baixos no Brasil). Esse desencanto é completamente justificável (embora ele seja engessador e negativo para o próprio profissional, caso este permaneça sempre olhando para a beira do abismo): precarização do trabalho, sobrecarga de funções e demissões em massa têm sido a realidade do jornalismo não só brasileiro como mundial. (MORAES, 2015, p. 180).

Santos (2015) diz que “é notório que, por vezes, o jornalista abusa do poder de informar e provoca o sensacionalismo dos fatos a fim ter mais audiência e lucro. O resultado é um desrespeito aos direitos fundamentais do suspeito de praticar um crime”.

Um profissional que teve uma má formação na academia, possivelmente estará mais propenso a cometer erros grosseiros e desrespeitar os personagens, estejam esses vivos ou mortos.

Os mesmos cuidados mantidos para se realizar uma boa reportagem devem estar na cabeça, no coração e nas mãos dos jornalistas na produção noticiosa diária, principalmente nessa mudança de paradigma do consumo da notícia, baseado fortemente nas redes sociais (onde qualquer pessoas, em três linhas, dar conta da divulgação de uma notícia). É preciso também perceber que até mesmo a justificativa da pressa e da falta de tempo tem seus limites. (MORAES, 2015, p. 218).

Segundo Fuccia (2008, p. 25), “o leque de conhecimentos do repórter policial deve ser amplo. Não basta saber quem é o diretor do Instituto de Médico-Legal (IML) e a ele ter acesso”. Um dos desafios do jornalismo policial é não relatar um caso como apenas ‘mais uma morte’ nas estatísticas da polícia, mas sim chamar a atenção do público para o problema da violência urbana. É preciso a contextualização dos fatos e o questionamento constante. O jornalismo policial não pode se conformar com a simples publicação da matéria.

Pode ser um carro estatelado num poste, uma roda de curiosos em torno de um corpo caído no asfalto, reféns inocentes mantidos sob a mira de revólveres dentro de uma agência bancária, sirenes e carros da PM na porta de um edifício de grã-finos ou a enésima chacina na boca-de-fumo da favela. A gente para ou diminui a marcha, abre caminho para ver de perto ou dá, no mínimo, uma rápida olhada com o canto dos olhos. Em maior ou menor grau, como no cinema, a gente quer se ver na situação das vítimas ou dos criminosos. Isto é reportagem policial. (RODRIGUES; CALDAS, 2002, p.82).

O despreparo de repórteres policiais fica evidente em alguns casos. Em junho de 2015, por exemplo, uma cobertura desastrosa da TV Atalaia, afiliada da TV Record, em Sergipe, se tornou notícia em detrimento da morte de um jovem baleado durante um assalto. O repórter, sem perceber que o rapaz estava morto, tentou entrevistá-lo. O bizarro se tornou a notícia. O jovem, inerte no chão, se tornou um detalhe. Críticas não faltaram à conduta do repórter, que se limitou a perguntar sobre a idade e o local onde os jovens moravam.

Sobre o fato, Brum (2015) faz a seguinte reflexão: “Um repórter entrevistar um morto não é mesmo algo banal. Pode provocar várias questões, a começar pelo que faz um repórter de programa policial não reconhecer um morto quando está diante de um”. E ainda questiona: “Se este morto no chão fosse branco, vestido com roupas caras,

numa área nobre de Aracaju, estas ainda seriam as perguntas do repórter? E esta morte ainda seria um não fato?”. Em alguns portais de notícia, o fato foi classificado como entretenimento, o que levou Brum a concluir que “há mortos que viram entretenimento”.

Importante destacar que o repórter, em sua atividade, não deixa de ser também um detetive. Poderia, talvez, ser comparado ao célebre Sherlock Holmes, o qual afirmava que “o detetive ideal possui três características: conhecimento, observação e dedução” (TRUZZI, 2008, p. 25). Em determinada ocasião, destaca o autor, Holmes comentou com seu fiel companheiro Watson: “Como é perigoso raciocinar sempre a partir de dados insuficientes”. (TRUZZI, 2008, p. 29). O mesmo acontece no jornalismo. Como é perigoso para o repórter raciocinar diante de informações incompletas. Nessa situação, há sempre o risco iminente de cometer erros.

Nas histórias de Sherlock, o que frequentemente descaminha a polícia no começo da investigação de um crime é que ela tende a adotar a hipótese que corresponde, aparentemente, a uns poucos fatos extraordinários, ignorando ‘insignificâncias’, e, além do mais, recusando-se a considerar dados que não concorram para sua posição. (TRUZZI, 2008, p. 31).

O *faro*, ou *feeling*, no jornalismo policial, é indispensável ao repórter. Fuccia (2008, p. 23) classifica o *feeling* “como algo inato do profissional, como também uma malícia, no bom sentido do termo, que ele cultiva com a experiência”. É a partir desse recurso pessoal e intransferível, que ele sente o ‘cheiro’ da notícia e pode oferecer, ao público, algo diferente dos seus concorrentes. Ainda de acordo com Fuccia (2008, p.23), o *feeling* “representa o lado psicológico do repórter, capaz de captar uma mentira encoberta por um documento oficial ou disfarçada no choro de alguém”. O fato não muda, o que muda são os diferentes olhares dos repórteres que fazem a cobertura. A hipótese, citada inicialmente por Peirce, pode levar o repórter a encontrar grandes matérias. Peirce (*apud* Truzzi 2008) afirma que “se todo conhecimento depende da formação de uma hipótese, no entanto, ‘parece, a princípio, não haver nenhum espaço para a questão de como isso se sustentaria, uma vez que, de um fato real, apenas se infere um pode ser’”. A abdução, segundo Peirce, seria o primeiro degrau do raciocínio científico. Ela tem início a partir dos fatos, sem que o observador tenha uma teoria já em mente. O processo de indução surge a partir da hipótese, enquanto a abdução vai perseguir uma teoria.

Segundo Alsina (2009, p. 305), “tradicionalmente, tinha sido considerado que existiam dois tipos de inferências: a ‘dedução’ e a ‘indução’. A primeira é uma inferência de caráter analítico, que permite atingirmos conclusões particulares de premissas gerais”. De modo contrário, a indução busca conclusões de caráter geral partindo de premissas particulares.

A essa classificação, Peirce vai acrescentar um terceiro tipo que chamou de ‘abdução’. Da mesma forma que a indução, a abdução é uma inferência sintética, ou seja, permite introduzir novos elementos no raciocínio; mas, do ponto de vista lógico, é mais fraca ainda, pois possui mais de adivinhação do que a derivação necessária das consequências de algumas premissas. (ALSINA, 2009, p. 305).

A intuição é um tipo de raciocínio que pode ser explicada como a necessidade de resistir à sobreposição comum intuitiva a partir da busca de outras fontes, informações, dados e cruzamento científico e racional de todas as informações. O problema é que isso demanda tempo e o tempo é crucial para os veículos de informação no sentido do ‘furo de reportagem’. Todos buscam serem os primeiros a darem a notícia e, atualmente, a instantaneidade da reprodução midiática dos fatos conspira contra o exercício responsável da profissão de jornalista. Afinal, nem todas as matérias ou formas de produção do jornal admitem um tempo reflexivo suficiente para os profissionais da notícia. Essa busca do instantâneo torna tudo o que é informado bastante passível ao erro ou ao falseamento daquilo que é prestado a título de notícia.

O faro, segundo Medina (1978, p. 59), “é a capacidade de antecipar informações pelo convívio com os fatos em movimento no presente histórico”. Para Noblat (2004, p.44) “é o faro que faz diferença entre um bom repórter e um repórter medíocre”. Talvez, por falta disso, as boas histórias estão cada vez mais raras nos jornais.

Na prática, uma pauta pode partir do levantamento de uma hipótese, de uma dúvida do jornalista. Suponhamos que o repórter decida investigar as condições dos alojamentos de determinado presídio e verificar se os detentos apresentam doenças contagiosas (como de pele ou tuberculose) em consequência do pequeno espaço que dividem. A relação pode existir, mas no momento da pauta, é apenas uma hipótese, pois ainda não houve comprovação. É importante destacar que a hipótese levantada precisa ser confirmada através de fatos reais. O repórter age de forma irresponsável se ignora fatos que refutam sua hipótese.

Outro recurso que se torna aliado do repórter na hora de contar as histórias, além dos relatos das fontes, são os documentos (relatórios, boletins, fotos, etc.). “Arquivos bem organizados com informações pertinentes ao tema da reportagem também fazem diferença crucial na hora da formulação do texto”. (FORTES, 2012, p. 41).

Conforme Salles (1998, p. 16), “os documentos de processo são, portanto, registros materiais do processo criador. São retratos temporais de uma gênese que agem como índices do percurso criativo”. Os documentos de processo para o jornalista representam a extensão da reportagem. São eles que sustentam as informações levadas ao público e através deles é possível entender o caminho feito pelo repórter.

No jornalismo policial, esses documentos ganham um sentido ainda mais importante, sobretudo nos casos de homicídios e processos judiciais. Foi a investigação e a organização dos dados que permitiram ao jornalista Caco Barcellos descobrir o grupo de PMs matadores no Estado de São Paulo, a partir dos anos 1970, tendo como base as notícias publicadas no jornal *Notícias Populares*. Ele confrontava as informações com os boletins de ocorrência (onde consta a versão oficial da polícia), além de observações e entrevistas – e ainda plantões na porta do necrotério. Sobre o método de Barcellos, Moura (2007, p. 135) destaca que “o jornalista desconfia do relato do jornal. Na verdade, ele põe em dúvida aquela informação posta em circulação pelos policiais de tiroteio com criminosos”.

“Provas circunstanciais são muito traiçoeiras”, contestou Holmes, pensativo. Podem parecer apontar muito diretamente para uma coisa, mas, se você desloca um pouquinho seu ponto de vista, pode descobrir que apontam de maneira igualmente indubitável para outra inteiramente diferente. (DOYLE, 2011, p. 109).

Nesse mundo de hipóteses e suposições, é um risco para o repórter permanecer na redação, sentado, no conforto do ar-condicionado, esperando a notícia chegar. Segundo Fortes (2012, p. 12), o jornalista precisa sair para a rua em busca da essência da notícia. O comodismo dos repórteres, o ‘enxugamento’ das redações e a mudança nas rotinas de produção podem comprometer a qualidade da notícia que é levada ao público. Ainda recorrendo a Fortes (2012, p. 69), “preguiça e jornalismo não combinam. O jornalismo não é, definitivamente, uma profissão para preguiçosos, muito menos para covardes”.

Diante disso, vai ficando mais fácil compreender a superficialidade de muitas notícias publicadas nos jornais. Ramos e Paiva (2007, p. 22) destacam que “como a polícia não funciona e só investiga o que realmente tem repercussão, a imprensa acaba funcionando como polícia às vezes”. Seguindo por esse raciocínio, entendemos que, quando falta interesse por parte da imprensa, que deixa de repercutir um determinado caso, a polícia não se esforça para investigar o crime. Por outro lado, em casos de grande comoção social, é indiscutível o empenho da polícia em identificar e prender os suspeitos e apresentá-los em coletivas de imprensa que muitas vezes mais parecem um espetáculo.

Dê uma de artista e faça de conta que você está com a melhor matéria do dia na mão. Pegue só o tema que lhe deram, esqueça o resto da pauta e vá à luta – afinal, você é um repórter, e não um mero preenchedor de formulários. Até o final do dia, mesmo que aquele assunto não tenha rendido nada, no meio do caminho você poderá tropeçar num assunto melhor. Na redação, lamentando-se da sorte, é que isso não vai acontecer. (KOTSCHO, 1989, p. 12).

O que se observa no jornalismo policial é que muitos mortos não têm história. Eles simplesmente morrem – muitos nunca nem foram vistos como sujeitos de direitos pela imprensa. A falta de humanização no jornalismo policial termina por banalizar os casos de violência que só se multiplicam. Enquanto o jornalismo tratar uma morte como apenas uma morte, não haverá avanço nas políticas públicas sociais. Segundo Brum (2015) “há um morto na cena do crime. Mas, esvaziado de humanidade, ninguém parece reconhecê-lo”. Situações desse tipo se repetem diariamente nas redações dos jornais.

Uma das críticas mais comuns à polícia é a de que ela corre atrás do crime, sem capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência. A cobertura jornalística, mesmo a dos melhores jornais do país, padece em certa medida dos mesmos problemas. Na maior parte do tempo, ela corre atrás da notícia do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor. A despeito dos avanços evidentes ocorridos nos últimos anos, predomina no dia a dia da cobertura um tratamento superficial, que revela um investimento ainda pequeno das redações em retratar o setor com a importância que ele tem. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 25-26).

Quando as vítimas não têm seus perfis contados nas notícias, corre-se o risco de associar à morte ao envolvimento com o tráfico de drogas ou outra hipótese levantada pela polícia, como se isso justificasse o ato de violência. Segundo Pena (2012, P. 59), “para o jornalista, a desconfiança não é pecado, é norma de sobrevivência”. Popper

(1989, p. 176) destaca que “não existe nenhum critério infalível da verdade: não podemos nunca, ou quase nunca, ter absoluta certeza de não nos termos enganado”.

Contudo, temos de admitir que é mais fácil – e mais cômodo – para o repórter aceitar as ‘verdades prontas’ apresentadas pela polícia. Falta interesse em saber quem eram as vítimas e fazer um apanhado sobre as circunstâncias do crime. No Brasil, segundo o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), apenas 8% dos crimes de homicídio são elucidados. Dentre esses casos, a maioria – para não dizer todos – se refere a crimes que ganharam repercussão na imprensa. Essa relação sugere que a imprensa, de forma mais direta que indireta, contribui para o aumento da impunidade no país ao deixar de noticiar um caso de um jeito e não de outro.

Frequentemente, permanece excluída desse agenciamento midiático uma série de atos de violência, como a doméstica, a violência de Estado, e, principalmente, as violências estruturais da sociedade, tais como a desigualdade, a privação do acesso aos serviços de saúde pública, habitação, entre outras não imediatamente associadas ao conceito de violência. (MATHEUS, 2011, p. 10).

Quando ocorre um crime, vamos continuar falando do homicídio, são poucas as pessoas que se dispõem a conversar com um jornalista sobre o assunto. As pessoas têm medo de se envolver (por esse motivo também não falam com a polícia). Mas essas dificuldades precisam ser dribladas para que a notícia traga outra voz além da versão da polícia.

Testemunhas somem assustadas, vítimas morrem, detalhes da cena do crime desaparecem antes mesmo que os peritos cheguem ao local. Suspeitos se escondem atrás de frases cuidadosas, advogados espertos e delegados matreiros se tornam administradores vaidosos. Tudo acontece rápido e ao mesmo tempo, com notórios prejuízos para a qualidade da reportagem. Daí a importância de uma escolha logística certa na hora da apuração. (RODRIGUES; CALDAS, 2002, p. 83).

As vítimas que costumam aparecer sem nome e sobrenome nos jornais (apenas como um número) geralmente são pessoas que viviam em condições de vulnerabilidade, onde os direitos previstos na Constituição Federal não passam de uma utopia. “Para estes outros é apagada a responsabilidade do Estado de ajudá-los a construir um caminho alternativo e dar-lhes acesso a direitos que sempre lhe foram negados” (BRUM, 2015).

A falta de identificação das vítimas nos jornais incomodou o jornalista Caco Barcellos, que iniciou, de forma paralela, uma investigação. Barcellos é autor do livro *Rota 66*, no qual descreve a investigação que fez a respeito das mortes cometidas pela PM, que dizia matar criminosos, quando na verdade matava inocentes, segundo apurou o jornalista. Segundo Moura, (2007, p. 142), “a ausência de dados no jornal no preenchimento de um dos campos da ficha (nome do morto) leva Caco Barcellos a um outro ponto da investigação: os chamados mortos desconhecidos”.

A verdade é que há mortos ilustres e mortos invisíveis nos jornais. O espaço destinado a eles vai depender da notoriedade do sujeito durante a vida. “Esta hierarquia, em termos de ordem de importância, funciona, segundo o status e a importância que o morto goza no interior de um sistema social” (FAUSTO NETO, 1991, p.15). É essa hierarquia que encontramos nos jornais, especificamente no *Jornal da Paraíba*, nosso objeto de estudo.

O que observamos é que uma morte na periferia não impressiona, raramente desperta compaixão. “De quanto corpos é preciso para fazer uma manchete? Sabemos que, se o morto for morador dos bairros nobres, um já causa escândalo, como deve ser diante de uma vida destruída pela violência”. (BRUM, 2015). A autora destaca ainda que a morte para ser notícia na periferia das cidades precisa fazer muitas vítimas. Não basta uma morte; não basta uma família destruída. Uma morte ignorada nos jornais tem grande chance de entrar para a lista da impunidade.

Segundo Castilho, há vários locais para as notícias sobre mortes no jornal, que considera muitos aspectos. “Há o lugar do morto banal e inominável, vítima da violência cotidiana, e o do morto notável. Enquanto aquele se mantém anônimo nos hospitais e velórios, este é reconduzido ao mundo dos vivos, via meios de comunicação”.

Onde estão os mortos em jornal cotidiano? Diferentes locais lhes são atribuídos, conforme sejam mortos crônicos ou acidentais, privados ou públicos; existem os mortos de serviço; aqueles que compõem a necrologia; aparecem, dia após dia, no mesmo local, pelo menos nos jornais regionais, e como uma informação local, que interessa, e só interessam a uma comunidade: faz parte do balanço de suas perdas e ganhos (com os casamentos e nascimentos). É banal e repetitiva como a própria morte. (MOUILLAUD, 2002, p. 349).

As notícias sobre mortes diferem umas das outras, isso é inquestionável. A separação dos sujeitos em vida, também se configura após morte. Embora haja exceções, essa é a regra geral que se aplica também no jornalismo. A diferenciação social dos sujeitos surge, aqui, como um elemento importante para a compreensão das notícias policiais. O jornal espelha a diferença que as vítimas tinham na vida, fazendo a separação entre ilustres e inomináveis. Fausto Neto (1991, p. 15) afirma que “esta hierarquia, em termos de ordem de importância, funciona, segundo o *status* e a importância que o morto goza no interior de um sistema social”.

Os elementos são distintos e os critérios não são claros, embora as vítimas de baixo nível social e com pouca escolaridade, costumem aparecer mais frequentemente em forma de números. Já as de nível social mais elevado parecem receber tratamento diferenciado, mesmo depois da morte, o que as tornam ‘ilustres’. A notoriedade do sujeito, segundo Traquina (2008, p.79), “é um valor-notícia fundamental para os membros da comunidade jornalística”.

(...) seria muito ingênuo que a desigualdade dos homens diante da vida não se traduzisse em desigualdade diante da morte. Alguns mortos inspiram comoção profunda, verdadeiros colapsos sociais; outros passam quase impercebidos, desprovidos de posteridade. Alguns permanecem nomeados e identificados, transformados em gênios, santos ou divindades (...). Outros se volatizam (...) Para cada morte particular estão socialmente prescritas as emoções a sentir, os ritos a praticar, os mitos a evocar”. (RODRIGUES apud FAUSTO NETO, 1991, p. 15).

O que se observa no jornalismo policial é a superficialidade das informações na forma como elas chegam ao público. Salvo as exceções, são notícias rasas sobre assuntos sérios e de interesse do público. “Em se tratando da crônica policial, o grau de liberdade deve ser ainda maior, porque os temas abordados são histórias humanas, que chocam, comovem, revoltam e despertam os mais fortes sentimentos[...]”. (FUCCIA, 2008, p.19).

1.3.1 A fragilidade da cobertura jornalística

A convergência das mídias que acontece nas redações, sobretudo no jornal impresso, apresenta muitos aspectos positivos, mas também tem o outro lado. Com o imediatismo da notícia, os fatos mal chegam ao conhecimento do jornalista e já devem estar disponíveis ao público através dos portais de notícias. Com isso, a cobertura jornalística se torna frágil, pois o repórter, ainda que esteja disposto a fazer uma

apuração rigorosa, corre contra o tempo. A máxima é: ganha quem publica primeiro. Não haveria nada de errado nisso, não fosse o fato de que, a pressa, nesse caso, é sim inimiga da perfeição.

Não é de se admirar que, em consequência desse imediatismo, o repórter fique mais tempo na redação que na rua, onde realmente os fatos acontecem. Se isso acontece, muitas vozes são silenciadas; verdades ficam ocultas; e a humanização não se faz presente. Para o jornalismo policial, esse problema acaba se somando a outros, já citados anteriormente (e aos que serão abordados no próximo tópico). O olhar do repórter que está na rua, na cena no crime, é bem diferente da visão do jornalista que apura a mesma notícia da redação, ligando para os órgãos oficiais, e limitando-se a reproduzir o que diz a polícia. “Se o jornalista se apegar a documentos e versões, por mais oficiais que sejam, mas não se sente convencido de seus teores, não conseguirá transmitir credibilidade ao seu público. Além disso, poderá respaldar uma injustiça, tornando verdade uma farsa”. (FUCCIA, 2008, p. 23).

Uma das consequências da convergência midiática e do consequente tempo reduzido do jornalista é a violação dos direitos humanos das vítimas envolvidas. No caso dos homicídios (objeto central deste estudo), os indivíduos se tornam invisíveis. Não se sabem quem eles são, o que faziam, se trabalhavam, se estudavam, se tinham sonhos, etc. Uma morte reduzida a 15 ou 20 linhas – isso se tiver espaço nas páginas do jornal impresso.

Muito importante também é se amparar em documentos e não apenas no que as fontes declaram. O auto de prisão em flagrante, o laudo necroscópico, a denúncia oferecida pelo Ministério Público, a sentença, etc. sempre que possível, devem ser meticulosamente lidos. Lembre-se não se divulga aquilo que não se prova. Porém, até mesmo os documentos mencionados podem nos conduzir para a mentira ou nos afastar da verdade, conforme preferirem. (FUCCIA, 2008, p.36).

Barcellos (2006, p. 25) afirma que “quanto mais pobre a área, menos frequentada pela reportagem. E isso é uma contradição, porque somos um país de perfil muito pobre e deveríamos retratar o universo dessas pessoas de forma prioritária”. O mesmo não acontece quando o crime ocorre em uma área nobre da cidade, onde os repórteres ‘acampam’ aguardando a declaração de alguém. Essa diferença sugere que aceitamos, enquanto membros da sociedade, a violência e outras mazelas sociais quando essas acontecem em áreas periféricas, mas nos assustamos quando o mesmo atinge as classes mais favorecidas. A dor do rico que perdeu o filho assassinado, por acaso, dói

mais que a do pobre que experimentou a mesma tragédia? Talvez sim. Pelo menos no que depender da mídia.

A bondade ou a inocência da vítima, por exemplo, podem vir destacadas no texto ao relembrar a sua vida. Esses aspectos são comumente construídos em oposição à maldade, à frieza, à crueldade do assassino. A composição textual se apoia em valores antagônicos e deixa um ensinamento moral insinuado. (MATHEUS, 2011, p. 33).

Para ser equilibrada e diminuir as distâncias entre os mundos dos ricos e pobres vítimas de violência, a mídia precisa ter um olhar mais atento para essas diferenças. “Quando se estabelecem hierarquias desse tipo, tudo o que é vinculado ao pobre é considerado menor. O discurso da carência é um dos reflexos desta visão”. (SILVA, 2007, p. 93). Nessa afirmação, de que tudo se torna menor, incluímos a morte do cidadão de periferia. A morte dele parece não ser sentida pela sociedade. É importante lembrar que o tratamento diferenciado é observado também nas fases do inquérito policial e do processo judicial. A imprensa acaba, de certa forma, reproduzindo o mesmo erro dos outros poderes. “E de que forma a imprensa errou, se ela apenas retransmitiu informações de órgãos oficiais do Estado? A resposta está implícita na pergunta. Ela apenas retransmitiu”. (FUCCIA, 2008, p.27).

1.3.2 ‘A polícia disse, está dito’

É difícil pensar nas notícias sem as fontes. São elas que dão credibilidade ao material que é publicado. “Boas fontes são o sangue da vida do jornalismo. Se não houvessem pessoas dispostas a falar conosco ou responder às nossas perguntas, o jornalismo não iria sobreviver” (WHITE, 2015). Porém, aqui, chamamos a atenção para essa delicada relação entre jornalistas e suas fontes, com destaque especial para a relação com a polícia, uma vez que estamos tratando de jornalismo policial. Nesse ponto, a máxima de que qualidade vale mais que quantidade também se faz verdadeira. Mais importante que conquistar fontes, é encontrar as fontes certas e com um grau mínimo de responsabilidade sobre o que irá revelar aos jornalistas. Há, por trás dessa relação, um jogo de interesses que pode vir a comprometer a qualidade da notícia. “Quando a mídia se sente enganada por uma fonte, não duvida em achacar-lhe a culpa pelo erro” (ALSINA, 2009, p. 166). Uma informação repassada de forma irresponsável e publicada pela imprensa pode implicar em sérios danos para a honra dos envolvidos.

Como toda relação entre jornalista e fonte, a troca constante de informações entre polícia e repórteres envolve interesses mútuos. Por um lado, jornalistas

precisam ser abastecidos de novidades. Por outro, as autoridades de segurança contam com a imprensa para manter os casos que investigam em destaque, assegurando recursos e valorizando o seu trabalho perante os superiores. A longo prazo, a exposição constante na mídia tem facilitado muitas candidaturas a cargos públicos de chefes do aparelho policial. Em alguns estados, chefes de polícia, secretários de segurança e outros titulares de posições de destaque na repressão à criminalidade estiveram entre os candidatos de maior expressão nas últimas eleições. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 40).

O exemplo clássico é o caso Escola Base, no qual dois casais foram injustamente acusados de abuso sexual contra crianças da instituição. A confusão começou quando mães procuraram a delegacia para denunciar o suposto abuso sexual contra seus filhos, alunos. O caso ocorreu no ano de 1994, em São Paulo, e desde então tem sido citado nas faculdades de jornalismo como um exemplo de como a relação entre jornalista e polícia pode ser arriscada. Ao receber a denúncia, o delegado não demorou em repassar a informação ‘bombástica’, o ‘furo de reportagem’ para os jornalistas, que logo ocuparam as dependências da delegacia em busca de detalhes da notícia que horas depois seria manchete dos principais jornais do país.

Situações semelhantes, embora com danos em menor grau, acontecem diariamente pelas redações de jornais no Brasil. Apesar dos exemplos, a imprensa ainda segue a linha de publicar primeiro para questionar depois. As consequências, como vimos, podem ser desastrosas. Mas esse fator parece não ser considerado em alguns casos policiais. A reparação, quando é feita, se mostra ineficaz, pois não consegue reparar o dano moral causado pela notícia. “Nada garante que os leitores, ouvintes ou telespectadores que leram ou ouviram a agressão também leiam ou ouçam o desmentido. A audiência é sempre rotativa”. (BARROS FILHO *apud* MARCÍLIO; RAMOS, 1999, p.283).

É preciso respeitar o conhecimento das fontes, mas é imprescindível estabelecer limites. As regras do jogo não podem ser ditadas pelas fontes. O jornalista não deve, jamais, se deixar seduzir por presentes e elogios. Fazer o trabalho bem feito e de forma ética é obrigação, e não favor à sociedade. “Outra estratégia é a de fazer com que o jornalista se sinta em dívida com a fonte. Determinadas empresas, quando apresentam seus produtos, dão presentes aos jornalistas e seus companheiros, com todas as despesas pagas...[...]”. (ALSINA, 2009, p. 167). Uma atitude dessa natureza não pode ser motivo para o jornalista mudar seu comportamento na hora da construção da notícia. A subserviência do jornalista à sua fonte é um erro imperdoável. O compromisso ético não

tem (não pode) ter um preço. Algumas empresas, inclusive, para evitar situações desse tipo, nas quais o jornalista se sente ‘refém’ de uma fonte (que pode ser um membro do Ministério Público, um delegado de polícia ou mesmo uma empresa de cosméticos), proíbem a aceitação de qualquer tipo de benefício ou ‘presentinho’. O trabalho do jornalista deve ser pago com o salário – e com a satisfação de ser um profissional ético.

Da mesma forma, o jornalista também não pode subornar a fonte ou ameaçá-la para obter informações. Ética também passa por isso, embora alguns profissionais da área não deem a devida importância. O ideal é que haja uma linha divisória bem demarcada entre jornalista e fonte. “Pode acontecer uma completa independência entre a fonte e o jornalista. Isto é, existe um distanciamento entre quem gera a notícia e quem informa sobre ela. Nos enfrentamos com o chamado jornalismo de pesquisa”. (ALSINA, 2009, p. 169).

O ideal é que seja um trabalho de cooperação, no qual cada um cumpre seu papel sem invadir o espaço do outro. Como já dissemos anteriormente, o jornalista precisa da fonte para exercer sua atividade e a fonte precisa que determinada informação seja publicada no jornal. Não é de se admirar que uma fonte ‘vaze’ uma informação e em seguida afirme que não queria dizer aquilo. Na verdade ela queria sim, mas sem se comprometer, temendo represálias ou qualquer outro tipo de pressão que possa surgir. “Também pode acontecer que a fonte tenha interesse em aparecer na mídia e o jornalista negocia com ela para que, em outra oportunidade, ela lhe repasse informação quando ele quiser e achar que exista um maior interesse jornalístico”. (ALSINA, 2009, p. 169). Mesmo sem perceber, o jornalista acaba se comprometendo demais com a fonte e criando problemas futuros.

Não podemos esquecer das fontes rotineiras, aquelas que costumam ser consultadas de forma exaustiva pelos repórteres, o que pode representar, na prática, uma informação repetitiva e sem elementos fortes. Imagine, por exemplo, sempre ouvir o líder comunitário de um bairro em matérias que tratam de precariedade em saúde, educação, lazer, saneamento básico. É importante diversificar as fontes, contudo, ressaltamos que em algumas situações, dependendo do cargo que a fonte ocupa, não resta outra saída para o repórter. Nesse caso, o profissional pode apostar na pluralidade das fontes, para que possa apresentar ao público outras visões sobre o assunto abordado na matéria jornalística.

Ribeiro (1995, p. 47) destaca que “para a imprensa, não há coisa mais cômoda do que acampar ao lado de uma autoridade e esperar seus pronunciamentos oficiais”. Mas esse comodismo pode representar um alto preço a pagar, caso, mais tarde, se comprove que a informação recebida não era verdadeira ou foi repassada de forma distorcida, como foi o caso Escola Base.

A escola foi pichada, atingida por um coquetel motolov e depredada. A casa de dois dos acusados foi saqueada. Alguns ficaram presos em condições humilhantes. Dois meses depois das denúncias, os jornais iniciaram o mea-culpa, e vários artigos e reportagens tentaram recompor a verdade. Mas a vida dos acusados jamais se reconstruiu. (BUCCI, 2000, p. 158).

Com exceção do jornal *Diário Popular*, já extinto, todos os veículos da grande imprensa do país noticiaram o caso e contribuíram para o ‘linchamento moral’ dos envolvidos. Após a confusão e o julgamento antecipado, o inquérito sobre o caso foi arquivado por falta de provas, resultando na inocência dos quatro sócios, que processaram as empresas de comunicação e o governo do Estado de São Paulo pelas acusações. O dono da escola, Icushiro Shimada, mora em São Paulo e, em 1994, sofreu um infarto do miocárdio. Sua mulher, Aparecida Shimada, morreu de câncer, em 2007. Os processos por danos morais e materiais somavam R\$ 26 milhões até 2014. Embora a Justiça tenha dado ganho de causa em muitos dos processos, muitos ainda estão pendentes do julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF).

Muitas vezes, amparado pela declaração de um policial, o jornalista dispensa ouvir o outro lado, e publica a notícia desprezando outras versões, reduzindo a morte a ‘mais uma’. As fontes oficiais não dispensam outras falas da matéria jornalística, esse talvez seja, dentre tantos, o maior erro a se cometer pelos jornalistas que fazem a área policial. “As fontes oficiais são sempre as mais tendenciosas. Têm interesses a preservar, informações a esconder e beneficiam-se da própria lógica do poder que as colocam na clássica condição de instituição”. (PENA, 2012, p. 62).

As fontes jornalísticas podem garantir uma manchete policial, mas podem, também, arruinar a credibilidade do jornalista e colocar os personagens em situação delicada. Diante desse risco, o melhor a fazer é sempre ter o cuidado de saber selecionar as fontes. Noblat (2004, p. 62) destaca que “fora vocês mesmos, que são pagos para

encontrar boas histórias, a melhor fonte de informação não é a que sabe tudo, mas a que nos conta o que sabe”.

Fontes podem mentir, mas é de se esperar que não mintam. Colocam-se aí duas questões: ‘por que se conta que alguém preste informações a um estranho, se nada ganha com isso?’ e ‘por que confiamos que, decidida a responder, essa pessoa não inventará uma resposta qualquer?’ (LAGE, 2004, p. 54-55)

Moretzsohn (2007, p. 187) usa o termo “jornalismo de ‘mãos limpas’, no qual o jornalista consulta as fontes, relata os fatos e lava as mãos”. Contudo, na visão da autora, essas mãos continuam sujas. Pena (2012, p.53) afirma que “[...] tirar conclusões com base em números é uma das formas mais simplistas de aplicar o conceito de objetividade”. Pena (2008, p. 15) afirma que “é preciso criar alternativas, ouvir o cidadão comum, a fonte anônima, as lacunas, os pontos de vista que nunca foram abordados”.

Pertinentes também são as palavras de Moura (2007, p.140) ao afirmar que “no espaço do jornal, o discurso é constituído pela fala quase exclusiva da polícia. A versão da notícia (NP) é praticamente uma cópia do boletim de ocorrência [...]”. O desafio do jornalismo policial, portanto, é ir além desses boletins. Ramos e Paiva (2007, p. 39) destacam que “a ausência de muitos tipos de fontes acaba por gerar uma cobertura pouco diversificada”. Nessa limitação, é possível que a perspectiva da polícia em relação aos crimes relatados no jornal seja predominante.

O autoritarismo institucional acentuou a limitação de vozes no circuito da comunicação coletiva. Como não podia deixar de ser, a pluralidade de pontos de vista foi negada à sociedade brasileira através do grande sistema da indústria cultural, ou pela censura explícita ou pela autocensura implícita nos meios de comunicação dependentes do beneplácito econômico (publicidade das estatais) ou político (no caso das concessões dos meios eletrônicos). (MEDINA, 1996, p. 35)

Outro caso que serve de exemplo de uma relação desastrosa entre jornalista e policial é o caso Bodega, também ocorrido em São Paulo’, em agosto de 1996. O crime causou indignação na sociedade, após a morte do dentista José Renato Tahan e da estudante Adriana Ciola, dentro do Bar Bodega. Pressionada pela imprensa, que fazia chamadas de capa pedindo segurança e Justiça, a polícia não demorou para apresentar os suspeitos do duplo homicídio. Sob o comando do delegado João Lopes Filho, nove rapazes foram presos e apresentados aos jornalistas como os responsáveis pelos crimes.

“A imprensa, tão ciosa no estabelecimento de fontes na polícia, nunca se preocupou em estabelecer fontes do outro lado. Mesmo quando parentes dos acusados denunciavam que eles estavam sendo torturados para confessar, ninguém deu ouvidos”. (DORNELES, 2007, p. 108).

Os suspeitos eram rapazes pobres, moradores de uma área periférica da cidade de São Paulo. Tinham, para a polícia, o perfil ideal para serem responsabilizados. A seletividade penal acontece, porque logo após a notícia do crime, a polícia dar início às perseguições de um flagrante, seguindo o tradicional roteiro típico do policial em busca dos sujeitos que apresentem o perfil ideal para aquele fato. Na realidade, pouco se evoluiu cientificamente no tocante às rotinas policiais no Brasil, persistindo o velho vício da atitude suspeita e das perseguições preferenciais aos grupos socialmente excluídos como rotinas típicas da investigação criminal: pura intuição desprovida de provas científicas ou técnicas. Os jornais erram quando seguem esta intuição sem desenvolver investigações paralelas ou buscar fontes mais confiáveis para prestar a notícia, deixando-se contaminar pelo discurso policial comum.

O grupo ficou preso por dois meses e depois, graças uma investigação paralela do Ministério Público, voltou para as ruas. O promotor não apenas constatou abusos por parte da polícia, que chegou a torturar os rapazes, como chegou à conclusão que eles eram inocentes, mesmo tendo sido apresentados como ‘monstros’. Jornais como o *Diário Popular* estamparam na capa chamadas do tipo “Violência fora de controle” e “Chega de violência”, o que de certa forma pressionava a polícia a apresentar os envolvidos no caso. A *Folha de S. Paulo*, por sua vez, usou frases como “Cidade vive onda de crimes cruéis”. O *Jornal da Tarde* optou por provocar o leitor e as autoridades com a frase: “Segurança? Só pagando”.

Em agosto de 2013, os jornais do país veicularam a notícia acerca de uma chacina ocorrida em São Paulo, na qual foram mortas quatro pessoas e uma outra se suicidou. ‘Hipnotizada’ pela versão da Polícia Militar, a imprensa reproduziu o que os agentes da lei consideravam: o autor dos crimes era um garoto de 13 anos, que depois de matar, de uma só vez, o pai, a mãe, a avó e a tia-avó, se matou. Estamos aqui diante de mais um caso onde a imprensa não questionou e simplesmente reproduziu a versão da PM.

No dia seguinte, porém, a mídia reagiu e passou a cogitar outras possibilidades para explicar o crime: o menino teria mesmo matado a família? Ele conseguiria fazer tudo isso sozinho? Qual o motivo para isso? As dúvidas e questionamentos começaram a preencher os jornais da grande mídia. “A primeira suspeita sobre a existência de algo duvidoso, nesse caso, adviria do fato da PM ter concluído sua investigação e perícia em menos de 24 horas”. (CABRAL, 2013).

1.3.3 Jornalismo policial na Paraíba

Seria um erro realizar um trabalho acadêmico sobre jornalismo policial sem traçar um panorama de como esse jornalismo acontece na Paraíba. Não apenas para cumprir as regras que norteiam um trabalho acadêmico, mas porque alguns nomes foram tão marcantes que fazem parte da história do jornalismo policial no Estado. Enoque Pelágio do Carmo foi, certamente, o mais famoso dentre os muitos repórteres policiais que surgiram no rádio, na televisão e nos jornais paraibanos. Pelágio fez história em meados dos anos 60, embora hoje seu legado passe despercebido por seus sucessores nos microfones.

Falar em repórter policial, não se pode esquecer Enoque Pelágio do Carmo, o mais famoso deles, o chamado ‘homem da verdade’, que fez tanto sucesso na rádio Arapuan a ponto de se candidatar a vereador por João Pessoa e ser eleito como a maior votação da história. Enoque tinha uma voz inconfundível. (LUCENA, 2015).

Nos últimos 50 anos, o mais expressivo repórter e locutor policial da cidade atendia pelo nome de Enoque Pelágio – amigo de meu amigo Gil Sabino, um estrondo de audiência na Rádio Arapuan, antes AM até chegar FM, com domínio absoluto do horário. João Pessoa parava para ouvir Enoque e seu estilo inconfundível tratando dos fatos policiais mexendo com os pobres (esses a base do noticiário) e dos ricos também. Pelo rádio, outros profissionais também se notificaram, a exemplo de Jair Santana, Marconio Edson (Alencar), recentemente falecido, até Jota Batista. (SANTOS, 2016).

À medida que o tempo passava, alguns nomes se destacavam como repórteres policiais no rádio da Paraíba. Entre as décadas de 70 a 90 foi a vez de Marconio Edson conquistar os ouvintes com a sua voz marcante. Conhecido como ‘chapéu de couro’, Edson atuou como repórter policial em vários veículos da Paraíba, como Jornal A União, Jornal Correio da Paraíba, Rádio Tabajara, Rádio Correio e Sanhauá. O comunicador morreu em maio de 2016, aos 70 anos de idade, em João Pessoa.

O rádio é, talvez, o veículo que mais construiu repórteres policiais no Estado. Anacleto Reinaldo, o Chumbo Grosso, também fez parte dessa história. Com uma irreverência e um jeito peculiar de levar às notícias aos ouvintes, Anacleto se tornou um dos radialistas mais conhecidos na Paraíba. Se por um lado ele não agradava algumas camadas sociais pela sua ‘afronta’ à moral e aos bons costumes, por outro, conquistou uma legião de admiradores, o que ficou evidente em junho de 2016, quando o radialista morreu vítima de infarto. O velório de Anacleto praticamente ‘parou’ a cidade. Todos, sobretudo as classes mais populares, queriam dar o último adeus ao Chumbo Grosso, repórter policial que fazia rádio, mas que também se arriscou na TV. Segundo Santos (2016), “para se fazer famosos, ele precisou dominar o horário no rádio em diversas emissoras, mas na Correio ele popularizou-se muito mais adicionando expressões populares e palavrões sem medo de ser feliz”.

Severino Ramos, ou Biu Ramos, é um dos nomes do jornalismo policial⁶ na Paraíba que fez história nos jornais impressos, chegando, inclusive, a publicar dois livros com reportagens policiais que cobriu enquanto repórter. Dentre os casos de grande repercussão que acompanhou estão o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, e do empresário Paulo Brandão.

A imprensa paraibana exerceu um papel crucial na elucidação da morte de Pedro Teixeira. Assumindo uma posição crítica diante dos acontecimentos, os jornais divulgavam os fatos em sua versão original, isto é, conforme eram colhidas pelos repórteres nas fontes legítimas. A publicação era feita sem a interferência de grupos ou facções político-partidárias e muito menos econômicas, interessados em dificultar as investigações sobre a morte do líder camponês e impedir a identificação dos autores, tanto materiais quanto intelectuais. Os jornais, com exceção do órgão ligado aos Diários Associados, sustentaram, enquanto foi possível, a bandeira que João Pedro empunhava quando tombou na tarde fatídica de 2 de abril de 1962. (RAMOS, 2012, p.60).

Outros nomes se popularizam no jornalismo policial da Paraíba, a exemplo de José Humberto, conhecido como ‘Vovô’, cuja marca registrada era ‘dar cartões’ aos bandidos como fazem os juízes de futebol; e Humberto Lira, que até pouco tempo escrevia as notícias policiais no Jornal Correio da Paraíba. Mais recentemente, nomes como Ainoã Geminiano, Vinicius Henrique e Emerson Machado (Môfi), figuram em alta no jornalismo policial na Paraíba, embora a maioria não tenha concluído, sequer, o ensino médio e não tenha conhecimento básicos sobre direitos humanos e jornalismo.

⁶ Em maio de 2016, foi lançado o Observatório da Mídia na Paraíba, pelo Ministério Público Federal da Paraíba (MPF-PB) e outras entidades ligadas aos direitos humanos.

Prova disso são os constantes deslizes observados nas coberturas policiais realizadas nos veículos de Comunicação da Paraíba.

2. DO FATO À NOTÍCIA – TEORIAS DO DISCURSO

Toda notícia corresponde a um fato, mas nem todo fato vira notícia. A explicação mais simples para isso é que não haveria espaço para publicar todos os acontecimentos nos jornais. No impresso, a limitação parece ser ainda maior. Por isso é preciso estabelecer critérios, chamados pelos autores de critérios de noticiabilidade ou valores-notícia. “Precisamos deixar bem claro que a construção social da realidade por parte da mídia é um processo de produção, circulação e reconhecimento” (ALSINA, 2009, p. 47).

Para a sociedade, o jornalismo tem uma visão negativa da realidade. Ou seja, na avaliação desse público, só vira notícia o que é ruim, como a morte, crimes, acidentes, etc. Esse pensamento, segundo Traquina (2008, p. 61), “tem suas raízes nos valores-notícia que os profissionais do campo jornalístico utilizam na seleção dos acontecimentos do mundo real e na construção das ‘estórias’ que contam sobre a realidade”. Vejamos o que diz Alsina sobre a visão do público sobre o que é publicado na mídia:

Dessa feita, a mídia nos propõe um contrato pragmático fiduciário que tem a mesma intenção de que acreditemos que o que eles dizem é verdade, ao mesmo tempo em que nos pedem que confiemos no seu discurso informativo. Se eu não acredito nas notícias, então elas não servem para nada; para que serve, a princípio, a informação jornalística senão para informar? O que acontece se o destinatário não acredita em determinada informação? (ALSINA, 2009, p. 48).

O conceito de noticiabilidade pode ser definido como “o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia”. (TRAQUINA, 2008, p.63). Quando ainda não existiam jornais impressos, segundo Traquina (2008) a comunicação era feita por meio de ‘folhas volantes’, as quais tratavam de um único tema e não tinham publicação periódica como veio a acontecer mais tarde. Essa forma de levar as notícias guardam semelhanças com a literatura de cordel brasileira, que teve início na época do Renascimento, quando a impressão dos relatos se popularizou.

As “folhas volantes” tinham o objetivo de noticiar determinado fato e também de levar avisos moralistas ou interpretações religiosas. Os registros históricos apontam sua criação para o século XVI, na Europa. Dentre as notícias publicadas nessas folhas volantes, um tipo de acontecimento ganhava destaque: os assassinatos. Notícias sobre

guerras e acontecimentos bizarros, como o aparecimento de monstros e bebês que nasciam com algum tipo de deficiência, também ganhavam espaço. Mas nada se comparava com o fascínio com os homicídios. Às vezes, essas folhas volantes traziam notícias sobre enforcamento e arrependimento de assassinos condenados à morte, tudo escrito em versos, que formavam cantigas – que ficaram conhecidas como ‘cantiga do enforcamento’. Os primeiros jornais só surgiram no século XVII, sendo o *Aviso de Augsberg*, da Alemanha, o primeiro deles.

Historicamente, os critérios de noticiabilidade têm variado muito pouco. Segundo Traquina (2008), existem as qualidades duradouras que elegem determinados fatos como importantes para serem noticiados. Dentro dessas qualidades estão: o extraordinário, o insólito, o atual, a figura proeminente, o ilegal, as guerras, a calamidade e a morte. Elencando essas qualidades, fica mais compreensível entender como os fatos se transformam em notícias. Em 2015, a morte do cantor Cristiano Araújo desencadeou uma cobertura que causou surpresa no público devido à proporção que tomou. Nas redes sociais, muitos internautas externaram estranhamento ao volume de notícias criado em torno da morte do cantor do estilo sertanejo universitário. Nesse episódio podemos afirmar que os fatores determinantes para as notícias foram pelo menos três: o atual, a figura proeminente e a morte. Para (ALSINA, 2009), os critérios de noticiabilidade são: frequência, limiar, ausência de ambiguidade, significação, consonância, imprevisibilidade, continuidade, composição e valores socioculturais. Há quem diga que os jornais só têm notícias negativas, ruins. E essa afirmação tem sentido e explicação nos teóricos do jornalismo.

Quando reclamamos que as notícias negativas são as preferidas em relação às positivas, não estamos a dizer nada mais sofisticado do que aquilo que a maioria das pessoas parece querer dizer quando afirmam que há ‘tão pouca coisa alegre nas notícias’. (GALTUNG e RUGE *apud* TRAQUINA, 2008, p. 72).

Essa preferência dos jornais pela negatividade se sustenta por diversos fatores. Um deles, segundo Traquina (2008), é que as notícias negativas conseguem satisfazer melhor o critério de frequência e também são mais inesperadas que notícias positivas. Mas é indispensável que a notícia seja construída de forma a convencer seu público a receber a informação como verídica. Um exemplo claro disso seria a veiculação de notícias sobre o aparecimento de um vírus novo, o que, conseqüentemente, vai deixar a população preocupada. “A estratégia consiste em construir um discurso no qual se possa

acreditar. Por essa razão, fazemos com que apareçam no discurso informativo as fontes da informação que o jornalista consultou [...]”. (ALSINA, 2009, p. 49). Isso acontece, segundo o autor, porque o público está predisposto a acreditar no que os jornais dizem, “mas com frequência acham que os jornalistas são uns mentirosos”. (ALSINA, 2009, p. 49).

Mas, antes de prosseguir com a discussão acerca do processo de escolha e as teorias do jornalismo, é importante entender o que é notícia. Para Lage (2005, p. 73), é o texto básico do jornalismo, “que expõe um fato novo ou desconhecido, ou uma série de fatos novos ou desconhecidos do mesmo evento, com suas circunstâncias”. Para Noblat (2004, p. 31), notícia é “todo fato relevante que desperte interesse público, ensinam os manuais de jornalismo. Fora dos manuais, notícia na verdade é tudo o que os jornalistas escolhem para oferecer ao público”.

O fato que é notícia independe da vontade ou simpatia do repórter. E como se espera que ele não seja militante de causa alguma, cabe-lhe relatar fatos e ideias de seu tempo com objetividade e honestidade, deixando de lado suas opiniões e preconceitos pessoais ou ideológicos. (CALDAS, 2002, p. 29).

A notícia se difere da reportagem por ser um relato mais breve dos fatos, mais superficial, digamos assim. A reportagem, por sua vez, é uma matéria mais trabalhada, que traz uma análise profunda do assunto em questão e que geralmente traz a pluralidade das fontes, característica pela qual ela costuma ganhar *status* de matéria especial. Alsina (2009, p. 297) argumenta que “em primeiro lugar, a notícia não é um fato, e sim, basicamente, a narração de um fato. Em segundo lugar, a veracidade da notícia é um tema absolutamente questionável”.

McQuails (2013, p. 354) lembra das comparações feitas por Robert Park sobre notícia e história. Nesse comparativo, a notícia seria oportuna por tratar de eventos e acontecimentos recentes; seria perecível, porque seu prazo de validade se esgota com o fim do acontecimento; e serviria para orientar e direcionar a atenção.

A estrutura da notícia é algo que não pode ser esquecido, até para melhor compreensão dos questionamentos acerca das matérias policiais sobre homicídios, que é objeto de nosso estudo. A padronização da linguagem jornalística se deu na forma conhecida como pirâmide invertida, o que, segundo Genro Filho (1987, p. 191) quer dizer que “a notícia caminha do mais importante para o menos importante”. A fórmula da pirâmide invertida foi iniciada no *The New York Times*, no ano de 1861, e a partir da

segunda metade do século XX, começou a ser adotada por periódicos latino-americanos. No Brasil, essa técnica se espalhou por volta de 1950, por iniciativa do jornalista Pompeu de Sousa (Genro Filho, 1987, p. 189). A técnica da pirâmide invertida, segundo Pinho (2003, p. 207) “consiste em dispor as informações de um texto jornalístico por ordem decrescente de importância”. O autor afirma ainda que a pirâmide invertida virou padrão no jornalismo do século XX.

Apesar de sua importância em alguns momentos da história, a pirâmide invertida é algo que, segundo estudiosos, deve ser evitada no exercício diário atual do jornalismo, exatamente por adiar no texto o ápice da informação. “A pirâmide invertida é um dispositivo desequilibrado que faz a listagem de unidades de informação na ordem decrescente da sua presumível importância”. (TRAQUINA, 2008, p. 47). Portanto, preza-se pelo *lead*, que busca responder a seis questionamentos básicos (o quê, quem, como, onde, quando e por quê?). O objetivo é entregar ao leitor a informação mais importante logo no primeiro parágrafo do texto.

Um *lead* (ou lide, no português) bem estruturado representa, na prática, uma dor de cabeça a menos para o leitor. “Na prática, o que constantemente ocorre é que alguns dos seis itens básicos a serem respondidos numa reportagem têm peso diferente conforme a notícia”. (ROSSI, 2000, p. 25).

De fato, o *lead*, como momento agudo, síntese evocativa da singularidade, normalmente deverá estar localizado no começo da notícia. Porém, nada impede que ele esteja no segundo ou até no último parágrafo, como demonstram certos redatores criativos. (GENRO FILHO, 1987, p. 191).

Além de responder aos questionamentos (o quê, quem, como, onde, quando e por quê?), a notícia também deve atender a outro preceito básico: o de ouvir os dois lados da história, seja ela qual for. Moretzsohn (2007, p. 185) classifica esse preceito como “providência evidentemente obrigatória que remete à raiz do princípio básico do direito ao contraditório, mas que, no caso do jornalismo, costuma reduzir-se a uma atitude mecânica [...]”.

Mas essa é uma questão polêmica no jornalismo, apesar de ser algo conhecido de todos – ou pelo menos deveria ser assim – que estão em uma redação. Muitas vezes, a notícia chega ao público de forma incompleta, ou induz, de alguma forma, o leitor a interpretá-la seguindo as convicções do jornalista que a redigiu. No jornalismo, tudo fala, inclusive o silêncio, por isso a necessidade de ouvir os dois lados. Além de atender

a uma norma dos manuais de redação, essa atitude também se configura como uma questão de Justiça.

2.1 As teorias do jornalismo

Alsina (2009, p. 10) destaca que a construção da notícia tem três fases distintas: “a produção, a circulação e o consumo”. Algo que passa despercebido pelo público, que tem seu interesse voltado em receber a informação pronta. Esse processo de produção da notícia começa pela pauta, a qual, segundo Medina (1988, p. 73) “pode ser intencional, procurada ou ocasional (acontecimento totalmente imprevisto)”. Kotscho (1989) explica que a pauta se tornou uma necessidade devido ao crescimento dos jornais. Era preciso escolher os assuntos que se transformariam em matérias jornalísticas.

A primeira teoria do jornalismo abordada aqui para explicar como se dá a escolha das notícias é a Teoria do *Gatekeeper*, a qual, segundo Pena (2012, p.133), acontece quando os “critérios pessoais do editor” são os mais relevantes no processo. A teoria compara o jornalista a um porteiro, que decide quem entra e quem fica de fora. Abaixo, a definição do *gatekeeper* pelo autor:

O conceito refere-se à pessoa que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia. Ou seja, diante de um grande número de acontecimentos, só viram notícia aqueles que passam por uma cancela ou portão. E quem decide isso é uma espécie de portão ou selecionador (o *gatekeeper*), que é o próprio jornalista. Ele é o responsável pela progressão da notícia ou por sua ‘morte’, caso opte por não deixá-la prosseguir, o que significa evitar a publicação. (PENA, 2012, p. 133).

Sendo assim, o acontecimento, primeiro, tem que convencer o jornalista (que pode ser o pauteiro, o editor ou até o próprio repórter) de que merece se transformar em notícia. Essa teoria também é conhecida como teoria da ação social e foi a primeira a ser discutida na literatura acadêmica sobre jornalismo. Shoemaker e Vos (2011, p. 14) afirmam que “os *gatekeepers* determinam aquilo que se torna a realidade social de uma pessoa, sua forma particular de ver o mundo”. Só quando ultrapassa todos os ‘portões’ é que um fato pode vir a se tornar uma notícia jornalística, antes disso, ele é apenas um entre dezenas e centenas de outros fatos. Segundo Alsina (2009, p. 214), “*gatekeepers* tem sido traduzido de muitas formas: porteiro, guarda-cancela, guarda-barreira, etc”. Entretanto, ele propõe usar o termo selecionador, por acreditar que seria o mais adequado para a situação.

Ainda que determinado acontecimento seja realmente de interesse público e ‘mereça’ sair no jornal, ele só será publicado se o editor assim considerar. Traquina (2005, p. 150) explica da seguinte forma: “Se a decisão for positiva, a notícia acaba por passar pelo portão; se não for, a sua progressão é impedida, o que na prática significa sua ‘morte’[...]”. O precursor dessa teoria foi David White, que lá pelos anos 1950, aplicou esse conceito ao jornalismo. A conclusão de White tem como base os estudos realizados pelo jornalista Mr. Gates, que atuou em um jornal norte-americano e observou que a escolha das notícias se dava unicamente (ou principalmente) pelos gostos pessoais do editor. Gates passou uma semana inteira anotando os motivos pelos quais as notícias eram descartadas. Ao final da observação, chegou à conclusão de que alguns fatos eram rejeitados porque não mereciam ser levados em conta; e outros, eram alvo de rejeição por uma escolha entre várias notícias do mesmo acontecimento. O termo *gatekeeper* foi criado pelo psicólogo social Kurt Lewin, em um artigo publicado no ano de 1947.

Se a notícia precisa atravessar os portões para ser publicada, significa que muitas outras não chegam ao conhecimento do público, uma vez que há a seleção de fatos a serem contados pelos jornais. Pensamento defendido por Shoemaker e Vos (2011, p. 37): “algumas dessas informações acabam indo parar na capa dos jornais, outras no meio de algum telejornal ou em página eletrônica da internet, e há ainda outras que nunca se transformam em notícia”. Dessa forma, ao público, é impossível saber o que realmente aconteceu na cidade, estado ou país. É importante destacar que, com as redes sociais, o jornalismo acaba perdendo um pouco desse poder, e muitas vezes se vê obrigado a transformar em notícia determinados acontecimentos para não perder audiência/leitores/ ouvintes/internautas. “Também temos o tal ‘não há lugar’ para a notícia...há uma determinação dos acontecimentos que se tornarão notícia a partir de um patamar de transmissão da notícia que o selecionador aplica”. (ALSINA, 2009, p. 215).

Um desses exemplos aconteceu, quando, em abril de 2015, uma postagem no *facebook* foi compartilhada centenas de vezes na rede e acabou virando notícia nos telejornais de João Pessoa. A postagem trazia o relato de uma jovem que testemunhou uma atitude nobre de um motorista do transporte coletivo de João Pessoa ao pedir a colaboração dos passageiros para ceder um assento para uma idosa, que havia adentrado no veículo e estava em pé, enquanto pessoas mais jovens ocupavam as cadeiras destinadas ao público de terceira idade.

O motorista se recusou a prosseguir com a viagem o que só fez depois que um passageiro atendeu ao pedido e cedeu o lugar à idosa. Ora, se notícia é algo inusitado, diferente, esse fato não deveria se tornar notícia, tendo em vista que ceder o lugar à senhora no ônibus na verdade é uma obrigação. Contudo, levando em conta os desvios morais da sociedade e a falta de educação de alguns, a postagem apelava para a mídia pessoense contar essa história. E assim foi feito. Embora o *gatekeeper* tenha o poder de escolher o que vira notícia, ele pode sim ser pressionado pelo público para contar determinado acontecimento, seja pela busca pela audiência ou para não perder as fontes.

A notícia também pode ser escolhida por outros critérios, que vai além das escolhas pessoais do *gatekeeper*. “Pela Teoria do Agendamento ou *agenda setting*, o principal entendimento é que o público (no caso, os consumidores da notícia) considera mais importante o que é veiculado na imprensa”, conforme explica Pena (2012, p. 142). A teoria do agendamento foi pensada inicialmente por Walter Lippman, no ano de 1922, em sua obra *Opinião Pública*, que tem como título ‘O mundo exterior e as imagens em nossas mentes’. Em suma, a teoria defende o conceito de que a opinião pública vai responder ao ambiente construído pela mídia, ainda que esse ambiente não seja reflexo fiel da realidade. Em outras palavras isso quer dizer que é a imprensa quem determina o que será debatido nas rodas de conversa, nos ônibus, nas cafeterias dos *shoppings*, nas redes sociais etc. A teoria do agendamento defende, em resumo, que é a imprensa quem pauta a sociedade.

Essa teoria é importante para entendermos os motivos pelos quais alguns crimes violentos praticados em João Pessoa ganham repercussão, enquanto outros caem no esquecimento. Quando a jovem Aryane Thays foi assassinada, em abril de 2010, não se falava em outra coisa na cidade. Logo mulheres e mães foram às ruas pedir segurança para seus filhos; organizações não-governamentais levantaram bandeiras de luta contra a violência; etc.

A mesma comoção popular não se verificou diante de tantos outros homicídios ocorridos no mesmo mês da morte da jovem Aryane, em uma clara diferença de tratamento por parte da imprensa. O agendamento do assassinato da estudante perdurou por meses. De certa forma, o público passou a se emocionar com os relatos da família da vítima e a também pedir Justiça pelo crime. Nos demais casos, o silêncio por parte do jornal também implicou em silêncio da mesma sociedade que saiu às ruas indignada pela morte de Aryane.

Conforme McCombs (2009, p. 18), “a agenda da mídia torna-se, em boa medida, a agenda do público. Em outras palavras, os veículos jornalísticos estabelecem a agenda pública”. O autor destaca também que “há, certamente, um número de outras influências significativas que formam as atitudes individuais e da opinião pública”.

A teoria do agendamento, na visão de Pena (2012, p. 145) “defende a ideia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados na imprensa, sugerindo que os meios de comunicação agendam as conversas”. Apesar das teorias, “alguns jornalistas desmentem a existência de qualquer influência de agendamento no público”. (McCOMBS, 2009, p. 44).

Se o jornalismo tem o poder de agendar os assuntos que serão debatidos pela sociedade, é importante destacar a responsabilidade que isso implica, sobretudo quando se trata de criminalidade e vitimização, objeto deste estudo. Ora, ao reduzir dezenas de crimes a números, a imprensa deixa de fazer seu papel de denunciar um problema social. É preciso, portanto, ter o cuidado para não banalizar a violência através desse comportamento de escolher o que publicar. Nem também, vale ressaltar, publicar notícias sobre violência de forma exaustiva com o único objetivo de amedrontar a população, prática conhecida como sensacionalismo.

Um exemplo de agendamento é a cobertura do caso do menino Bernardo Boldrini, assassinado em abril de 2014 no Rio Grande do Sul. O pai, a madrasta e outras duas pessoas são apontados pela polícia como os responsáveis pelo crime que tirou a vida do menino, então com 11 anos. A grande repercussão do caso comoveu as famílias brasileiras e até influenciou na aprovação da Lei Menino Bernardo, que proíbe castigos físicos e tratamentos cruéis a crianças e adolescentes. Também chamada de Lei da Palmada, o projeto foi apresentado inicialmente em 2003.

Entretanto, a teoria mais aceita no mundo ocidental para explicar o processo de escolha das notícias é a chamada Teoria do Espelho, por meio da qual os teóricos afirmam que a notícia é um fiel retrato da realidade. O jornalista apenas relata os fatos, com isenção. “Com o novo paradigma das notícias como informação, o papel do jornalista é definido como o do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece[...]” (TRAQUINA, 2005, p. 147).

Tomando como base a Teoria do Espelho, os jornais, então, publicam exatamente o que acontece nas ruas, com imparcialidade, ou seja, sem deixar que a opinião pessoal do jornalista ou a linha editorial do jornal influencie a forma como a notícia chegará ao público.

Até hoje, a comunidade jornalística defende a teoria do espelho como base na crença de que as notícias refletem a realidade. Isso acontece porque ela dá legitimidade e credibilidade aos jornalistas, tratando-os como imparciais, limitados por procedimentos profissionais e dotados de um saber de narração baseado em método científico que garante o relato objetivo dos fatos (PENA, 2012, p. 126).

A ideia defendida pela Teoria do Espelho é, talvez, a mais fácil de ser questionada. Primeiro porque é difícil acreditar que o jornalista não deixe suas opiniões pessoais influenciarem na produção de notícias. Esse comportamento, inclusive, pode contribuir para marginalizar grupos minoritários que aparecem nos jornais. Barcellos (2004, p. 34) destaca que “sou novato na profissão, mas já constato que na cobertura de assuntos policiais a imprensa também dá um tratamento diferenciado às pessoas pelo critério de sua condição social”.

A Teoria do Espelho nos leva a dizer que a notícia, portanto, deve ser a mais objetiva possível, para melhor compreensão por parte do leitor. Mas essa objetividade não é fácil de atingir. Segundo Traquina (2005, p. 135), “nenhum outro valor no jornalismo tem sido objeto de tanta discussão, crítica e má compreensão”. No entanto, a objetividade tão discutida – no mercado e na academia – nem sempre é encontrada nas matérias jornalísticas.

Lima (1993, p. 32) observa que “a imprensa luta contra o relógio, briga com a concorrência, desse modo praticando em muitas ocasiões o exercício de uma informação pública imprecisa, incompleta”. Genro Filho (1987, p. 186) destaca que “o jornalismo deve ser imparcial, mas deve interpretar e guiar seus leitores”. Não dá para simplesmente jogar um texto e deixar o leitor se ‘virar’. Ao comprar o jornal, o repórter não vai junto para explicar possíveis incompreensões na matéria. Noblat (2004, p. 51) defende que “repórter é pago para investigar e obter respostas. Não é pago para transferir dúvidas aos leitores”.

Pena (2012, p. 51), por sua vez, diz que “a notícia nunca esteve tão carregada de opiniões. E um dos motivos é justamente atender ao critério da objetividade que obriga o jornalista a ouvir sempre os dois lados da história”. Kunczik (2001, p. 228) destaca que “uma das características do conceito de objetividade é que frequentemente ele é discutido sem ser definido. Supõe-se simplesmente que todos conheçam seu significado”.

Lage (2004, p. 35) afirma que “o trabalho de reportagem não é apenas o de seguir um roteiro de apuração e apresentar um texto correto”. Claro que isso é indispensável, mas é preciso ir além. Noblat (2004, p. 42) recomenda que os jornalistas “pequem pelo exagero. Apurem mais informações do que irão precisar para escrever...é melhor mandar informação para o lixo do que descobrir, na hora de escrever, que está faltando alguma”.

O repórter deve ter paciência para ouvir seu entrevistado, para que assim consiga o máximo possível de informações, e até descubra algo que não estava previsto na pauta inicial, e encontrar, quem sabe, uma grande notícia que estava escondida. “E em sua missão, o repórter deve saber lidar com todos os tipos de temperamentos. Gente chata e agradável, calma ou irritada, sincera ou dissimulada” (TABAK; CALDAS, 2002, p. 69).

Nessa discussão sobre o processo de apuração e produção da notícia até à sua publicação, vários fatores devem ser considerados, como a rotina de produção na redação, a experiência do repórter, a cobrança do editor, o tempo que o repórter tem para redigir a matéria, a linha editorial do jornal, etc. Mesmo com tudo isso, de acordo com Pena (2008, p. 15), “[...] é preciso criar alternativas, ouvir o cidadão comum, a fonte anônima, as lacunas, os pontos de vista que nunca foram abordados[...]”.

O processo de produção das notícias se inicia com a pauta, a qual, segundo Lage (2004, p. 35) tem como principal objetivo planejar a edição. Para Rossi (2000, p. 17) a pauta “é o fio condutor que delimita o que será publicado ou levado ao ar”. Kotscho (1989, p. 11), por sua vez, afirma que “se pauta serviu para organizar e planejar melhor o jornal, de outro lado levou à acomodação do repórter, que aos poucos foi-se tornando uma figura passiva no processo, mero cumpridor de ordens [...]”.

É claro que a submissão pura e simples às rotinas leva a um círculo vicioso tantas vezes sintetizado pela ironia auto-depreciativa típica dos jornalistas, em definições como ‘jornalismo é pintar de preto papel branco’ ou ‘matéria boa é matéria no ar: noutras palavras, trata-se de alimentar o sistema. (MORETZSOHN, 2007, p. 163).

3. A PESQUISA

Antes de explicar porque a Análise de Discurso (AD) e a Análise de Conteúdo (AC) se configuram como métodos eficazes para a proposta deste estudo, faz-se necessário apresentar o recorte aqui analisado. O material é representado por 65 edições veiculadas no *Jornal da Paraíba*, nos meses de março, abril e maio do ano de 2010 (com exceção das edições dos domingos). O recorte levou em consideração o número de homicídios registrados na Paraíba no período citado, conforme levantamento do Mapa da Violência 2012 e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

De acordo com o Mapa da Violência 2012⁷, a Paraíba apresentou um salto significativo em relação à ocorrência de homicídios. O Estado que no ano 2000 ocupava a 20^a posição em número de homicídios, uma década depois passou a ocupar a 6^a, ficando atrás dos estados de Alagoas, Espírito Santo, Pará, Pernambuco e Amapá. Nesse período citado, a quantidade de homicídios passou de 519 para 1.454 dentro dos limites geográficos da Paraíba, segundo aponta o estudo nacional.

No Mapa da Violência 2012, que traz dados referentes ao ano de 2010, é possível observar ainda que a taxa de evolução de homicídios por 100 mil habitantes passou de 15,1 (2000) para 38,6 (2010). Ainda como forma de explicar a escolha do recorte, é importante destacar que, entre as capitais dos estados nordestinos, João Pessoa ocupava, no ano de 2010, a 3^a posição no ranking das capitais mais violentas do Brasil, ficando atrás apenas de Aracaju (Sergipe) e Fortaleza (Ceará). Em número de homicídios, a capital paraibana apresentou um salto de 226 mortes violentas no ano 2000 para 581 mortes da mesma natureza dez anos depois, em 2010. O aumento foi de 157,1%.

O percentual alarmante que demonstra o crescimento da violência no estado paraibano leva o autor do estudo a afirmar que João Pessoa, ao lado de Belém, Maceió, Curitiba e Florianópolis, têm seus índices mais que duplicados na década, o que é apresentado como destaque. No caso da Paraíba, Waiselfisz lembra, no Mapa da Violência, que nos anos 2000 o estado ainda apresentava ‘ares de tranquilidade’, o que foi perdido ao longo desses dez anos de observação.

⁷ O Mapa da Violência é uma publicação anual do Instituto Sangari, que traz um levantamento completo sobre as mortes violentas ocorridas no Brasil, de autoria do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz. Todas as edições estão disponíveis para consulta no site: www.mapadaviolencia.org.br.

A coleta dos dados foi feita nos cadernos de Cidades e Geral, do *Jornal da Paraíba*, uma vez que no período analisado o veículo não possuía caderno específico⁸ para publicação das notícias da área policial. A busca pelas matérias se deu através do acervo digital do jornal, através do site www.jornaldaparaiba.com.br, cujo acesso é feito por meio de *login* e senha, que podem ser obtidos por meio da assinatura. No acervo é possível encontrar todas as edições analisadas neste estudo, na íntegra.

Criado em 5 de setembro de 1971, o *Jornal da Paraíba* foi, até abril de 2016, o segundo jornal impresso de maior circulação no Estado. Com circulação inicial no município de Campina Grande e seus arredores, o jornal ganhou uma nova sede na capital do Estado no ano de 2001, 30 anos após sua criação. Nesse período, o veículo passa a circular no tamanho *standard* – até então o jornal era produzido no formato tabloide. No período analisado, as matérias policiais eram produzidas, principalmente, pelos repórteres Phelipe Caldas e Luzia Santos (em João Pessoa) e João Paulo Medeiros (Campina Grande). A editora do caderno de Cidades era Andréa Alves.

No dia 7 de abril de 2016 (Dia do Jornalista) o *Jornal da Paraíba* anunciou o fim da versão impressa, fazendo a total migração para o on-line. Embora tenha causado impactos na sociedade local, o *Jornal da Paraíba* seguiu a tendência mundial na qual se observa sucessivos fechamentos de redações de jornal impresso. Ainda na Paraíba, quatro anos antes, em 1º de fevereiro de 2012, o Jornal *O Norte* também encerrou suas atividades (impresso e on-line). Atualmente, o Estado conta com dois jornais impressos de circulação diária: *Correio da Paraíba* e *A União*.

Em paralelo à coleta de dados no acervo do jornal, fizemos a pesquisa bibliográfica em busca de autores que tratassem não apenas do jornalismo policial, mas também das teorias do jornalismo, conceito de notícia, etc. Foi um período cansativo, tendo em vista a quantidade de livros sobre o tema, porém enriquecedor para o nosso estudo.

3.1 Questionários ⁹

Concluída a fase de leitura bibliográfica e análise das matérias jornalísticas, aplicamos questionários para os três jornalistas que assinaram o material do recorte.

⁸ Em setembro de 2011, o *Jornal da Paraíba* lançou um suplemento no qual as notícias policiais passaram a ser publicadas. Contudo, cerca de um ano e meio depois, o suplemento foi destituído e as notícias policiais voltaram a ser publicadas nos cadernos de Cidades ou Geral.

⁹ Os questionários, na íntegra, podem ser conferidos no anexo deste trabalho.

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc. Os questionários, na maioria das vezes, são propostos por escrito aos respondentes. Costumam, nesse caso, ser designados como questionários autoaplicados. Quando, porém, as questões são formuladas oralmente pelo pesquisador, podem ser designados como questionários aplicados com entrevista ou formulários. (GIL, 2008, p. 121).

Após um contato prévio explicando sobre a pesquisa e perguntando sobre a disponibilidade de cada um dos profissionais responder ao questionário, as perguntas foram enviadas por e-mail. As respostas dos jornalistas nos permitiu compreender um pouco da experiência vivida por eles na redação, e identificar falhas na cobertura jornalística, tendo como base os autores citados neste estudo. As questões foram do tipo abertas. “Nas questões abertas solicita-se aos respondentes para eu ofereçam suas próprias respostas”. (GIL, 2008, p. 122).

A primeira a responder foi a jornalista Luzia Santos, que passou dois anos na editoria de Cidades/Geral, por determinação da editora-chefe do jornal. A jornalista, em suas respostas, deixa claro que a área policial é uma espécie de ‘porta de entrada’ para o repórter que chega a editoria de Cidades/Geral. As pautas eram discutidas com o chefe de reportagem e o contato com a editora do caderno, segundo a jornalista, eram esporádicas. A preparação se limitava a conversas com o chefe de reportagem, que “dizia o que considerava importante para a empresa e sugeria como trabalhar os fatos”.

Ainda de acordo com a jornalista, houve sugestões de leituras relacionadas à legislação, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Uma das primeiras orientações recebidas pela repórter foi a de que evitasse texto literário e prezasse pela objetividade jornalística.

Sobre a rotina na redação, a jornalista disse em suas respostas que costumava ouvir o noticiário no rádio, logo no início da manhã, para ter conhecimento dos últimos acontecimentos na área policial. Ela afirmou que a preocupação era encontrar, nas notícias do rádio, algo que também pudesse ser abordado pelo jornal impresso. A jornalista destacou que, sua rotina de repórter policial, incluía ligar para as delegacias para checar os registros policiais, como também ir com frequência à Central de Polícia, “para manter contato com fontes policiais”.

Ainda em suas respostas, Luzia Santos revelou que apenas as matérias ‘maiores’ exigiam a saída da redação, sendo, as demais, feitas por telefone. Destacando ainda a dificuldade em fazer a cobertura dos homicídios ocorridos durante a madrugada. Os

casos nos quais a repórter ia para a rua eram, basicamente, os seguintes: chacina, explosões a bancos e correspondentes bancários, violência em bairros, matérias com foco em pesquisa sobre violência, rebeliões, acidentes de trânsito, etc.

O segundo jornalista a responder a entrevista foi Phelipe Caldas, que começou a cobrir a área policial “por acaso”, como ele destacou nas respostas. “Este tipo de questão (a aberta) possibilita ampla liberdade de respostas. Mas nem sempre as respostas oferecidas são relevantes para as intenções do pesquisador”. (GIL, 2008, p.122). Caldas tinha três anos de jornalismo quando recebeu a missão de ser repórter policial. Antes, havia trabalhado na editoria de política. O jornalista afirmou que não teve nenhuma preparação específica para atuar na cobertura policial, o que corrobora com a crítica dos autores citados neste trabalho.

A rotina de Phelipe Caldas na redação começava com a ronda policial, por telefone, nas delegacias. Além disso, segundo o jornalista revelou, era comum ‘trocar ideias’ com os produtores da TV Cabo Branco, veículo que faz parte do mesmo grupo. Ele classificou a pauta de policial ‘mais aberta’ – ou seja, dependeria da apuração do repórter. Segundo o jornalista, em casos de grande repercussão (ele cita o caso Aryane), pautas previamente definidas se tornavam comum. “No dia a dia, a funcionalidade era outra”.

O repórter admitiu, em suas respostas, que a maioria das matérias era feita por telefone, principalmente quando o crime em questão seguia o padrão banalizado da mídia: homicídios à noite, oficialmente relacionados ao tráfico de drogas etc. Caldas revelou que isso, de certa forma, o incomodava, mas ele, no papel que ocupava, não poderia ir contra o funcionamento. Em vários outros trechos da entrevista o repórter demonstra sua preocupação com a simples reprodução de boletins de ocorrência.

Na avaliação de Caldas, ainda levando em consideração suas respostas na entrevista, há muita diferença entre uma notícia policial produzida na rua e outra feita na redação. Há menos artificialidade e o texto fica mais humanizado, na visão do jornalista. Segundo ele, as saídas da redação sempre eram proveitosas. Ele conseguia ouvir vozes além da polícia, reunir elementos do acontecimento e contar uma história diferente daquela que certamente contaria caso estivesse na redação.

Por último, recebemos o questionário respondido pelo jornalista João Paulo Medeiros, que iniciou suas respostas afirmando que “ninguém é preparado para ser repórter policial”. O jornalista pontua que isso não se trata de uma crítica à faculdade nem ao mercado de trabalho, e afirma que ser repórter policial é estar preparado para

sentir a dor alheia e encarar tragédias. Medeiros revela que ele próprio não foi preparado para ser repórter policial, contudo, foi nessa editoria que ele tomou gosto pelo jornalismo. Antes, afirma, fazia jornalismo por necessidade.

Observamos que a rotina de Medeiros não tinha muita diferença das dos outros dois jornalistas entrevistados para este trabalho. O trabalho começava cedo, antes mesmo dele chegar à redação, quando ouvia os programas policiais no rádio para saber as ocorrências da noite anterior. A pauta era construída com base nessas notícias e nas ligações que o repórter fazia para as fontes policiais. Assim como nos casos anteriores, o repórter confirma que a maioria das matérias era feito por telefone. Cobertura *in loco* dependia muito da ‘relevância’ do acontecimento. Ainda de acordo com o jornalista, “por motivos diversos, o jornalismo policial é quase resumido aos BOs. É difícil fugir disso. É uma luta árdua”.

3.2 A Análise Crítica do Discurso

“Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 2014, p. 8). O discurso, esse instrumento tão poderoso, é capaz de criar verdades e desmontar mentiras. Por isso, que consideramos a Análise do Discurso (AC) como o método adequado para entender as notícias publicadas nos jornais acerca das mortes violentas e buscar respostas para a compreensão de que apenas alguns casos repercutem enquanto outros caem no esquecimento.

Brum (2015) destaca que, “é no discurso, às vezes subliminar, às vezes explícito, que é reeditado cotidianamente o pacto histórico de que há uma categoria de brasileiros que podem ser mortos – ou que ao menos seu assassinato seria justificável”. A construção dos textos jornalísticos tem como sua ferramenta poderosa o discurso, que sempre tem um significado, seja ele explícito ou implícito. Benetti (2008, p. 107) explica que “a AD é especialmente produtiva para dois tipos de estudo no jornalismo: mapeamento de vozes e identificação de sentidos”. Quando aplicada como um método, a Análise do Discurso exige disposição intelectual do pesquisador que a utiliza, pois nem sempre a compreensão é fácil de compreender.

Um texto jornalístico é carregado de palavras e significados. Brandão (2012, p. 27) destaca que, “dialógica por natureza, a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes”. Já

Orlandi (2011, p.27) afirma que “as palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra. Assim, não somente as intenções determinam o dizer”.

O discurso, defende a autora, vai depender não apenas de quem produz a informação, mas também de quem a lê. É um processo que precisa de mais de um sujeito para acontecer. Diante de um texto jornalístico, é possível que o repórter, ao escrevê-lo, tenha o feito com a intenção de levar uma mensagem, mas, como é passível de interpretação, o leitor vá por outro caminho, o que torna esse processo dinâmico. Em outras palavras, o jornalista pode até direcionar o sentido de um texto, mas não terá a garantia de que isso acontecerá. Ainda de acordo com Benetti (2006, p. 109): “dizer e interpretar são movimentos de construção de sentidos, e, assim como o dizer, também o interpretar está afetado por sistemas de significação”.

Isso acontece porque ao ler determinado texto jornalístico o leitor não vai analisá-lo de forma isolada, mas sim associá-lo com outros textos lidos antes. O conhecimento adquirido anteriormente não se exclui no momento da leitura de um novo texto, por isso essa complexidade de sentidos. “O texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário”. (BENETTI, 2006, p. 111).

Neste estudo, que analisa os critérios de noticiabilidade sobre mortes violentas no *Jornal da Paraíba*, a AD se torna elemento fundamental para buscar entender esse processo. Afinal, por meio da escrita e das palavras, a história pode ser transformada. Conforme Charaudeau (2006, p. 59): “se as manchetes dos jornais são diferentes, é porque, para se diferenciar do concorrente, cada jornal deve produzir efeitos diferentes”.

Mas o leitor (ou o público de um modo geral), de certa forma, é livre no sentido de que, em silêncio, ele pode refletir e tirar suas conclusões sobre o que leu. Embora passivo, tem o poder de mudar de jornal, passar a ler o concorrente, até encontrar um que realmente o agrade. Do outro lado, está o jornalista, que tenta, por meio de sua apuração e texto, seduzir o leitor de forma a mantê-lo sempre presente. O termômetro para isso pode ser o número de assinantes de um jornal. E, não é surpresa, que a empresa promova mudanças a fim de manter seus leitores. Os jornais têm dois tipos de público: o estável e o instável. “O público, portanto, reage às vezes sobre o jornalista, mas este age continuamente sobre seu público”. (TARDE, 2005, p. 18).

No jornalismo, as palavras devem ser meticulosamente analisadas antes que se tornem públicas, mas nem sempre isso acontece. Segundo Foucault (2014, p. 9): “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa”. Um exemplo a ser citado é o que acontece no período eleitoral, quando as manchetes dos jornais se tornam apelativas com o objetivo de beneficiar ou prejudicar determinado candidato. De acordo com Fiorin (2014, p. 75), “nesse jogo de persuasão, o enunciador utiliza-se de certos procedimentos argumentativos visando a levar o enunciatário a admitir como certo, como válido, o sentido produzido”.

No jornalismo policial, esse discurso também deve ser muito bem elaborado. Em notícias sobre mortes violentas, nas quais a vítima tem o perfil estigmatizado pela mídia (pobre, baixa escolaridade, negro), a forma como o discurso é apresentado pode contribuir para reforçar a versão da polícia de que o indivíduo tinha envolvimento com o tráfico de drogas. O que automaticamente nos leva à pergunta: e por isso merecia morrer? Segundo Charaudeau (2006, p. 63), “a verdade não está no discurso, mas somente no efeito que produz. No caso, o discurso de informação midiática joga com essa influência, pondo em cena, de maneira variável e com consequências diversas, efeitos de autenticidade [...]”.

A narrativa jornalística deve ser estudada porque há nela muitos mistérios a serem revelados, muitos pormenores. Segundo Fiorin (2014, p.31), “a narrativa pode pôr em ação um jogo de máscaras: segredos que devem ser desvelados, mentiras que precisam ser reveladas etc”. Ainda de acordo com o autor, através das palavras, falsos heróis são desmascarados e os verdadeiros reconhecidos. Mas isso requer paciência e atenção. O discurso, da forma como ele é colocado, pode também ser uma tentativa de manipulação. Ou alguém duvida disso?

Nos anos 1920, o medo da manipulação da mídia era a característica dominante que definia a concepção do poder da primeira mídia existente. A mídia era vista como se estivesse ‘bombardeando’ uma audiência passiva, homogênea e massificada, sem capacidade de resposta pessoal às mensagens que lhe eram transmitidas. Considerar uma audiência com essas características é fundamental para a manutenção da teoria do poder da mídia”. (ALSINA, 2009, p. 81).

“É, pois, com a prudência, com a incredulidade de um São Tomé, que é necessário prosseguir na exploração do discurso de informação midiática e começar talvez por colocar alguns pontos nos is”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 18).

Ao comprar o jornal ou ligar a televisão no noticiário, o público consome a notícia, mas não tem consciência que está sendo levado a determinado caminho. Um caminho, digamos, irresistível, que o faz acreditar no que é publicado, exatamente da forma como foi publicado, sobretudo porque outras pessoas também estão consumindo a mesma notícia. Aqui, o interesse se explica pela atualidade.

Abro um jornal que julgo ser do dia e nele leio com avidez certas notícias; depois me dou conta de que data de um mês, ou da véspera, e ele deixa de me interessar imediatamente. De onde provém esse desgosto súbito? Os fatos relatados por acaso perderam seu interesse intrínseco? Não, mas dizemo-nos que somos os únicos a lê-los, e isso basta. Tal fato prova que nossa viva curiosidade prendia-se à ilusão inconsciente de que nosso sentimento era comum a um grande número de espíritos. (TARDE, 2005, p. 7).

Mas a mídia, é importante destacar, não tem nenhuma intenção em assumir seu poder de manipulação, por isso, essa constatação se torna mais fácil analisando quem está na outra ponta: ou seja, o público, esse mesmo que se deixa levar, com frequência, pelas verdades impostas pelos veículos de comunicação. Sendo assim, a mídia constrói uma imagem fragmentada do espaço público, ao publicar apenas determinados fatos. Um exemplo simples seria: ao publicar repetidamente episódios de violência, a mídia estaria contribuindo para criar na sociedade uma sensação de insegurança. Outro exemplo: ao mostrar, com frequência, matérias abordando a demora no atendimento da rede pública de saúde, a mídia inflama a sociedade a questionar a aplicação dos recursos públicos.

Se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversões e que, mesmo deformando, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo. (CHARAUDEAU, 2006, p. 20).

O sentido do discurso é construído ao término do processo de semiotização, que inclui transformação e transição. No jornalismo, a escolha por determinados elementos para colocar na reportagem é uma das etapas da construção desse sentido. A visão do repórter, assim como suas crenças e valores, sem dúvidas, também tem influência nesse processo. “Toda narrativa tem uma dimensão polêmica”, segundo aponta Fiorin (2014, p. 36). Dessa forma, destaca Possenti (2003, p. 84), “o sentido não se constitui meramente como tradução de dados da realidade, mas principalmente no poder do qual queremos nos apoderar”.

É importante lembrar que é comum a desconfiança do público em relação ao conteúdo publicado na mídia, principalmente se o veículo em questão apresentar históricos de notícias inverídicas.

Na abrangência de seu emprego, sensacionalista é confundido não só com qualificativos editoriais como audácia, irreverência, questionamento, mas também com imprecisão, erro na apuração, distorção, deturpação, editorial agressivo – que são acontecimentos isolados e que podem ocorrer dentro de um jornal informativo comum. (ANGRIMANI, 1995, p. 14).

Um exemplo a ser citado aconteceu durante as manifestações¹⁰ de rua ocorridas em 2013, em todo o país. Na Paraíba, a cobertura jornalística levou repórteres, cinegrafistas e fotógrafos para as ruas com o objetivo de captar as melhores entrevistas, imagens, etc. Em um desses dias, um telejornal local acabou mostrando ao público que o assistia a farsa montada pela TV concorrente, a qual afirmava que estava sobrevoando em helicóptero a área central de João Pessoa, quando na verdade as imagens estavam sendo feitas da cobertura de um prédio. Os dois telejornais estavam ao vivo: enquanto um anunciava a cobertura no ‘helicóptero’, o outro mostrava as imagens do cinegrafista da TV concorrente em cima do prédio. Nesse caso estamos falando da ‘credibilidade seletiva’, conceito utilizado para explicar o fato de que alguns meios não são/ têm credibilidade diante do público.

A ideia seria a de que todos os jornalistas mentem. Dentro de um sistema democrático e plural é difícil manter esse princípio. Nas ditaduras, é bem mais compreensível sua existência do que no contexto da credibilidade da mídia de maneira geral, mas principalmente com relação a determinados assuntos. (ALSINA, 2009, p. 95).

Outro ponto pertinente (ALSINA, 2009) é o de que, embora alguns meios ou veículos de comunicação tenham credibilidade diante do público, nem todos os relatos divulgados por eles são confiáveis, o que é um problema. Imagine um grande jornal que tem a credibilidade do seu público quando trata de assuntos de economia, educação e saúde, mas não consegue convencer o leitor de que as notícias que publica sobre a área da política são verdadeiras. Os motivos para esse fenômeno podem ser variados: desde uma notícia inverídica publicada anteriormente ou a conotação política da empresa. “Caracteriza-se sensacionalismo como o grau mais radical da mercantilização da

¹⁰ As manifestações de 2013 ocorreram em todo o Brasil, inicialmente por uma insatisfação pelo aumento da passagem do transporte público. O ‘Protesto dos 20 centavos’, como ficou conhecido levou milhares de brasileiros às ruas. Logo, as manifestações ganharam diversas faces e reivindicações, desde as denúncias de corrupção envolvendo políticos a pedidos de descriminalização do aborto.

informação: tudo o que vende é aparência e, na verdade, vende-se aquilo que a informação interna não irá desenvolver melhor que a manchete”. (ANGRIMANI, 1995, p. 15)

Por isso, é possível afirmar que estudar a linguagem é o mesmo que estudar a sociedade. Uma está intimamente ligada a outra, são indissociáveis. Foram os russos que primeiro demonstraram preocupação com os estudos linguísticos que mais tarde viriam a ser chamados de discurso. Como disciplina, a AD entra a partir dos anos 50, pelos estudos de Harris (com o livro *Discourse analysis*, 1952), “que mostra a possibilidade de ultrapassar as análises confinadas meramente à frase, ao estender procedimentos da linguística distribucional americana aos enunciados”. (BRANDÃO, 2012, p. 13).

Do outro lado surgem os trabalhos de Jakobson e Benveniste apud Brandão (2012), sobre enunciação, que também fazem parte da entrada da AD como disciplina, mas trazem como diferenciação uma análise do discurso mais americana (que entende o discurso como uma extensão da linguística), de outra mais europeia (que sinaliza uma crise interna da linguística). Segundo Brandão (2012, p. 14), Benveniste “dá relevo ao papel do sujeito falante no processo da enunciação e procura mostrar como acontece a inscrição desse sujeito nos enunciados que ele emite”.

Ao escrever o livro *Analyse Automatique du Discours*, em 1969, Pêcheux, deu início à teoria e análise do discurso, na chamada aventura teórica, ou primeira época. Seis anos mais tarde, em 1975, Pêcheux publica *Les Vérités de la Palice*, “que constitui um momento essencial de teorização das mudanças, ao propor uma teoria materialista do discurso. (GREGOLIN, 2006, p. 63).

Mas não é só o que é dito que tem influência. O silêncio também nos fala e deixa sua mensagem, algumas vezes até mais forte que as palavras declaradas. No jornal impresso, que serve de base para esse estudo, as informações que deixam de ser levadas ao público não são descartadas sem motivo. Benetti (2006, p. 115) explica que “em estudos do discurso, o não-dito tem tanta força quanto o dito. Para estudá-lo, porém, é preciso que o analista detenha grande conhecimento sobre a temática em questão [...]”. Na visão de Orlandi (2007, p.13), “o silêncio é assim ‘a respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido”.

Segundo Gregolin (2003, p. 97), “o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de

representação da sua relação com a realidade concreta”. Nas notícias, digamos, pode haver um pouco de verdade, mas nunca a verdade como um todo. De acordo com a teoria de Xenófanes sobre o saber humano, “o melhor saber é uma melhor aproximação da verdade”. (POPPER, 1989, p. 177).

Podemos dizer que a construção do discurso se inicia durante o processo de apuração da notícia, quando o jornalista consulta as fontes, pesquisa dados na internet etc. Mas é válido ressaltar que a disputa por qual veículo/jornalista consegue publicar a notícia primeiro, pode implicar em algumas questões de cunho ético, conforme explica Charaudeau (2006, p. 75):

A corrida à novidade da informação, o furo, pode levar o organismo jornalístico a cair em dois tipos de armadilha: o anúncio prematuro de uma notícia que não será confirmada posteriormente, a falsa revelação, resultado de uma manipulação, ou a revelação de um fato que não merecia tornar-se um caso, e cuja apresentação produz efeitos de amplificação ou de amálgama com consequências imprevisíveis.

3.3 Análise de Conteúdo

A Análise de Conteúdo (AC) foi outro método utilizado na pesquisa por permitir observar, através de dados estatísticos, as tendências existentes no recorte analisado neste estudo. Como sabemos, a AC é um dos métodos mais utilizados no universo da pesquisa jornalística, como é o caso, sobretudo na análise de notícias de jornais impresso. “Pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios e noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos”. (HERSCOVITZ; LAGO; BENETTI, 2006, p. 123).

A Análise de Conteúdo como método de pesquisa é adotada desde o início do século passado, embora tenha sido criada no século XVIII. Segundo Bardin (1977, p. 15), “a Análise de Conteúdo se desenvolveu nos Estados Unidos. Nesta época o rigor científico invocado é o da medida e o material analisado é essencialmente jornalístico”. Apesar das críticas de alguns autores sobre o fato de AC ser um método meramente quantitativo, é importante destacar que a AC também se preocupa em interpretar os dados apresentados. Através desse método é possível descobrir a linha editorial do jornal, se o veículo preza pelo sensacionalismo, se tem uma tendência forte a um partido político de direita ou esquerda, etc.

Neste estudo, a partir de uma ficha catalográfica, a AC busca apontar a presença ou ausência de determinados itens. Ao recorrer à Análise de Conteúdo tivemos a possibilidade de saber, dentro do período analisado, quantas notícias sobre mortes violentas tiveram repercussão no veículo *Jornal da Paraíba*, e quantas outras foram publicadas sem destaque.

A exploração do material constitui, geralmente, uma fase longa e fastidiosa que tem como objetivo administrar sistematicamente as decisões tomadas na pré-análise. Refere-se fundamentalmente às tarefas de codificação, envolvendo: o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação (escolha de categoria). O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, por fim, objetivam tornar os dados válidos e significativos. Para tanto são utilizados procedimentos estatísticos que possibilitam estabelecer quadros, diagramas e figuras que sintetizam e põem em relevo as informações obtidas. (GIL, 2008, p.153).

Da mesma forma, a partir da AC, foi possível observar se havia a presença de questões como: nome da vítima, idade, informações sobre a família, o trabalho, investigação policial, etc. O método foi importante para analisarmos a forma como a morte violenta foi apresentada no jornal; qual o lugar do crime no jornal (se foi apresentado com destaque ou como balanço de ocorrências); se há menção a um possível envolvimento da vítima com alguma atividade ilícita (o pré-julgamento); se há fotografias; se a matéria traz apenas fontes oficiais (como a polícia) ou se outras vozes são ouvidas; em qual caderno foi publicada a matéria; se houve acompanhamento durante o período analisado.

A coleta dos dados se deu entre o dia 1º de março de 2010 a 31 de maio de 2010, considerando os números do Mapa da Violência, que traz os casos de mortes violentas (homicídios). Os *clippings* foram feitos de terça a sábado, pelo simples motivo de que o *Jornal da Paraíba* não circula às segundas-feiras. Aos domingos, o veículo opta por matérias mais ‘leves’ em forma de reportagens especiais, não trazendo, portanto, as ocorrências policiais do dia anterior. Esse fato, de certa forma, prejudica a nossa pesquisa, pois a maior ocorrência dos homicídios ocorre aos finais de semana – as mortes violentas registradas entre a madrugada do sábado e a noite do domingo, de regra, não são publicadas pelo jornal. Trazer na edição da terça-feira uma notícia sobre um fato ocorrido no domingo pela manhã, por exemplo, é oferecer notícia velha (ou

muito velha) aos leitores. Nem mesmo um dos casos de repercussão analisados neste estudo¹¹ foi publicado pelo jornal.

Quando o jornal decide publicar os homicídios ocorridos no período citado, o faz em forma de números. Um desses exemplos foi encontrado na primeira edição analisada, com data de 02 de março de 2010, na página 4 do caderno de Cidades. Com o título ‘Grande João Pessoa registra 13 mortes no fim de semana’, o jornal se resume a contar a versão da polícia, o que fica explícito em declarações do tipo: ‘são números alarmantes repassados pela polícia’. É possível observar, ainda nessa matéria, que algumas vítimas são identificadas – são informados os nomes e idades. Contudo, o que mais chama a atenção é o fato do repórter destacar, em vários trechos, a fala da polícia.

Sobre uma das vítimas, o jornalista reproduz a versão da polícia ao afirmar que o crime, provavelmente, ocorreu por ‘acerto de contas’. A explicação para isso seria a de que o homicídio foi praticado próximo à uma área da cidade conhecida como ‘Cracolândia’, onde usuários se reúnem para consumir drogas. Mais adiante, o repórter volta a afirmar que, segundo a polícia, a maioria dos crimes (dos 13 homicídios do fim de semana), tem ligação com o tráfico de drogas, sem, contudo, ouvir outras versões.

¹¹ Homicídio registrado na madrugada do domingo, 14 de março de 2010, que teve como vítima o bancário Ewerton Belmont, não foi publicado pelo jornal. Posteriormente, o veículo passou a acompanhar o desenrolar do caso, que ganhou repercussão na imprensa local.

4 RESULTADOS

4.1 O mês de março: os ilustres e os invisíveis

Em relação ao primeiro mês analisado, observamos que nem todas as edições trouxeram notícias sobre homicídios. Ao final, contabilizamos 18 matérias sobre o assunto, sendo que cinco delas se apresentaram em forma de nota; 10 em formato de notícia; e três como reportagem. É importante destacar que, no caso das notícias, foi recorrente a apresentação como uma extensão do boletim de ocorrência da polícia ou como um balanço de ocorrências.

Do total analisado, constatamos que em 13 matérias jornalísticas, o jornal apresentou apenas a versão oficial da polícia, o que explica a presença, recorrente, da relação entre o crime e o envolvimento da vítima com o tráfico de drogas, antes mesmo de iniciada a investigação. O pré-julgamento está contido em frases do tipo “a polícia trabalha com a tese de vingança” ou “a polícia acredita em acerto de contas”. Nesses casos, percebemos a invisibilidade dos mortos. As matérias publicadas revelam pouco sobre as vítimas, mas nos permite sugerir que elas moravam em áreas periféricas da cidade, e que, em vida, não eram figuras de destaque no meio social e econômico.

O discurso utilizado na maioria das matérias policiais sobre mortes violentas induz o leitor a acreditar que todo crime está relacionado ao tráfico de drogas, ou ainda, que a vítima ‘merecia morrer’. Em uma das edições de março, a palavra tráfico é usada no chapéu¹² da matéria “Duas pessoas são mortas em Bayeux”. Imaginemos que o leitor, apressado, não consegue ler a matéria, mas apenas o título. Agora responda: qual a impressão que ele terá? Fazemos questão de responder: provavelmente o leitor vai acreditar que as duas pessoas mortas em Bayeux tinham envolvimento com o tráfico de drogas.

Ainda nessa matéria, observamos que uma das vítimas é identificada apenas pelo apelido (Pretinho) – não se informa nome, idade, costumes, etc. Por outro lado, o repórter dá ênfase à fala da polícia: “De acordo com a polícia, o alvo prioritário dos bandidos era um homem conhecido como Pretinho, que estaria jurado de morte por causa de dívidas com o tráfico de drogas”. Mais adiante, outra fala da polícia: “Outra tese defendida pela polícia é que no local funcionava uma boca de fumo”.

¹² Chapéu, no jornalismo, é a palavra utilizada para designar a palavra que fica acima de uma matéria.

A leitura dos jornais nos permitiu chegar à conclusão que há uma espécie de formulário para as matérias policiais do *Jornal da Paraíba*. O modelo seria mais ou menos da seguinte forma: “João Pessoa teve uma noite violenta. Na noite de ontem, X homicídios foram registrados pela polícia. O último caso teve como vítima um rapaz identificado como Y, de Z anos. A polícia ainda não tem pistas dos acusados, mas acredita que o crime tem relação com o tráfico de drogas”. Diante dessa limitação, muitas vítimas são minimizadas e marginalizadas pelo veículo.

Durante o mês de março, apenas três homicídios foram além do texto-formulário. Um deles foi o caso do gerente Ewerton Belmont, morto em um bar no bairro de Jaguaribe. A primeira notícia sobre esse fato foi publicada na edição de 18 de março de 2010 (quatro dias após o crime), no caderno de Geral. A matéria traz informações acerca do andamento do inquérito que investiga o crime, e que seria entregue à Justiça. Só por essa notícia, é possível afirmar que o caso se sobrepõe aos demais, recebendo um tratamento que não é comum à maioria dos homicídios relatada no jornal. Como exceção que foge à regra, o veículo abre espaço para outras fontes, além da polícia, como geralmente não acontece. A matéria traz depoimentos do advogado da família da vítima e também do suspeito. O caso, mais tarde, viria a ganhar repercussão nos veículos de Comunicação da Paraíba, mas é preciso compreender que, desde o início, já foi tratado de forma diferenciada pelo *Jornal da Paraíba*, que viu nesse fato elementos peculiares a ponto de fazer uma cobertura jornalística mais comprometida e responsável.

Notícia	Nota	Reportagem	Relação morte x acerto de contas	Morte relacionada à violência urbana?	Violência doméstica	Polícia foi única fonte da matéria	A matéria trouxe outras fontes além da polícia
10	5	3	15	2	1	16	2

4.2 O mês de abril – a repercussão do caso Aryane Thays

Concluída a análise do mês de março, prosseguimos com o estudo referente às matérias publicadas no mês de abril do ano de 2010, cuja primeira edição (do dia 01/04) não trouxe notícias acerca de homicídios ocorridos no Estado. Contudo, no dia seguinte, o jornal chegou, digamos, ‘sangrento’, às mãos dos leitores. Na página 2 do caderno de Cidades, a matéria principal teve como título “Madrugada violenta na capital”. A notícia repetiu o lead já conhecido: “Quatro pessoas mortas e duas baleadas entre a madrugada e a manhã de ontem. Este foi o retrato sangrento registrado pela polícia”. A semelhança com o boletim de ocorrência é recorrente nas notícias policiais do veículo.

Nos parágrafos seguintes, observamos a invisibilidade das vítimas. Uma delas identificada como ‘ex-presidiário’, desprezando qualquer outra forma de identificação. Não foi apresentado como pai, como filho, como trabalhador (talvez), mas sim como ex-presidiário. Talvez por ser mais fácil tentar justificar a morte. Sobre a outra vítima da violência, um homem de 29 anos, a única informação prestada é o local onde ele estava quando foi assassinado e quantos tiros recebeu. Nada foi dito sobre sua vida pregressa. As duas outras mortes relatadas na matéria são ainda mais minimizadas: um homem na rua da Areia e outro sem identificação.

Na página 3 do caderno de Cidades da mesma edição, observamos uma notícia mais detalhada sobre a morte de três pessoas ocorridas em Campina Grande. O tio e dois sobrinhos foram mortos a tiros. A matéria apresenta um diferencial: traz, além da versão da polícia, breves relatos de familiares. Outro detalhe que julgamos importante destacar é em relação a fotografias que ilustram a matéria (de maneira geral, as matérias policiais do veículo não são ilustradas). A tese de envolvimento com o tráfico de drogas é citada na matéria, que ocupa cerca de 70% da página do jornal, que tem formato *standard*. A edição publica também, em nota, um balanço de ocorrências policiais com dois homicídios.

Dando continuidade ao processo de análise das matérias, observamos que na edição de 06/04/2010, o *Jornal da Paraíba* publicou uma notícia com as mortes registradas durante o feriado da Semana Santa, na Grande João Pessoa. Ao todo foram 37 mortes, 37 vidas ceifadas pela violência, 37 famílias destruídas. Contudo, o jornal contou todas essas histórias em menos de 70 linhas, em um texto automático e já conhecido do leitor. Do total de vítimas, apenas duas tiveram os nomes citados: uma

menina de 10 anos, morta por bala perdida; e um homem assassinado em Pedras de Fogo. Além dos nomes e idades, nenhuma outra informação foi prestada sobre as vítimas, muito menos sobre suas histórias de vida. Logo abaixo dessa notícia principal, observamos outra, em forma de coordenada, com o balanço de homicídios no interior do Estado. O estilo do texto e da apuração parecem ter sido o mesmo.

Na página seguinte, uma morte ganhou destaque no jornal. Foi a de um policial militar de 23 anos, que morreu dias após ser baleado durante troca de tiros com bandidos em um sequestro ocorrido em João Pessoa. Para essa morte, o jornal teve o zelo de procurar outras fontes, além da polícia. Além disso, como exceção, conta detalhes sobre a morte, o que sugere que a apuração do caso teve *status* diferenciado na redação. Não estamos minimizando a morte do policial, mas questionamos os motivos pelos quais 52 vidas foram resumidas em poucos parágrafos na página anterior, enquanto o caso do policial ocupou mais de meia página de jornal.

O apelo do jornal à morte do PM continua na edição do dia seguinte, na qual foi estampada, na capa, fotos apelativas do velório do jovem. Não resta dúvidas que o jornal provoca o leitor a também se incomodar com aquela morte e com a violência urbana. Na página 4 do caderno de Cidades, a notícia completa sobre o enterro permite ao leitor conhecer mais detalhes sobre a vida do policial. Toda a construção da matéria parece ter como sustentação o caráter apelativo.

Nas cinco edições posteriores (entre os dias 08 a 14) não houve publicação de matérias policiais tratando sobre homicídios. No entanto, dentro de todo o período analisado para este estudo, nenhuma edição nos chamou mais a atenção que a do dia 16 de abril de 2010, quando o jornal publica, com foto na capa, as imagens da jovem Aryane Thaís Carneiro, 21 anos, morta, seminua, com a seguinte chamada: “ Jovem é encontrada morta e ex-namorado é suspeito”. É importante destacar que nenhum outro caso ganhou tanto destaque no jornal quanto este agora citado. A matéria é detalhada na página 4.

Na edição de 17 de abril, o caso novamente ganha destaque na capa do *Jornal da Paraíba*. A matéria é sobre o sepultamento da vítima. Nas fotos trazidas pelo jornal, a dor dos familiares parece ultrapassar os limites do papel e atingir o leitor, que acaba se solidarizando com aquele sofrimento. O título da matéria também merece destaque: ‘Secretário de segurança afirma que morte de Aryane não ficará impune’. Aqui,

chamamos atenção para algumas situações. Dentro do período analisado, o então secretário de Segurança da Paraíba, Gustavo Gominho, nunca se pronunciou, nem mesmo como ocupante de cargo público que era na ocasião.

Ao destacar a voz e a indignação de Gominho na matéria, o jornal ‘valorizou’ a notícia sobre a morte de Aryane, que tinha vários outros motivos para ser revoltante. No entanto, o jornal optou por trazer a revolta de Gominho para assim, quem sabe, vender mais jornais. Essa atitude, podemos assim dizer, elevou o *status* de notícia e colocou a morte da jovem acima de tantas outras ocorridas no mesmo período. Na matéria, o então secretário desabafa com os jornalistas e chega a pedir Justiça. O mesmo secretário que tantas vezes silenciou diante de outras mortes de jovens, agora diz que o crime foi covarde e que não ficará impune. Em determinado trecho, Gominho é identificado como ‘amigo da família’, o que de certa forma explica a cobertura diferenciada do jornal. A mesma matéria convoca o público para uma mobilização contra a violência, mas precisamente por Justiça pela morte de Aryane Thays.

Um fato curioso que observamos na edição de 17 de abril de 2010 foi que, ao lado da matéria sobre o caso Aryane, o *Jornal da Paraíba* publicou uma nota sobre a morte de uma adolescente de 14 anos, assassinada com seis tiros à queima-roupa, dentro de casa, em João Pessoa. Duas vidas, duas jovens vítimas da violência, mas que tiveram tratamento desigual no veículo. Enquanto na matéria do caso Aryane o jornal apelou para a emoção do público e trouxe a declaração inflamada do secretário; na outra, da menina de 14 anos, o *Jornal da Paraíba*, mais uma vez, recorreu ao texto-formulário para contar a história. Esse caso não apareceu mais no jornal, em mais uma morte invisível. Já o caso Aryane volta a ser novamente abordado na edição do dia 20 de abril, com a chamada de capa sobre a prisão do suspeito de assassinar a jovem. Observamos um intervalo (entre 20/04 a 30/04) no qual o jornal não traz matérias sobre o caso Aryane.

Prosseguindo com a análise, encontramos na edição de 21 de abril matéria sobre uma tragédia familiar ocorrida no interior da Paraíba, onde o filho matou o pai em consequência de disputa por herança. Embora tenha sido noticiado, o fato não aparece como destaque, e sequer tem chamada na capa. A superficialidade com a qual as notícias policiais são publicadas no *Jornal da Paraíba* tem reflexo para toda a sociedade. Ora, se os casos são minimizados, a sociedade deixa de perceber o quanto é grave a crise na segurança pública. As ações da polícia também não se intensificam, a

não ser quando há uma morte ilustre (a exemplo de Aryane, cujo motivo seria uma gravidez indesejada). O jornal volta a publicar notícias sobre o andamento das investigações em duas edições do mês de maio.

A mera reprodução de homicídios no jornal é observada praticamente em todas as edições dentro do período analisado. No dia 23 de abril, por exemplo, o veículo ofereceu ao leitor uma notícia com balanço de homicídios da noite e madrugada. Como resultado de uma apuração apressada ou desinteressada, a notícia publicada segue o padrão da maioria, sem contextualização. O mesmo observamos em matéria da edição de 27 de abril, quando o jornal publica notícia sobre a morte de um morador de rua, espancado até a morte no município de Cubati, no interior da Paraíba. Pelo que percebemos o jornal desprezou os valores-notícia do fato e o publicou de forma rotineira. Importante destacar ainda que na maioria dos casos a polícia informa não ter pistas dos suspeitos de terem cometido os crimes, nem o jornal se mostra disposto a cobrar essa resposta, salvo nos casos de destaque.

Notícia	Nota	Reportagem	Relação morte x acerto de contas	Morte relacionada à violência urbana?	Violência doméstica	Polícia foi única fonte da matéria	A matéria trouxe outras fontes além da polícia
15	4	4	14	5	0	18	4

4.3 O mês de maio – a invisibilidade marcante

A banalização da violência é marcante no veículo analisado. Embora seja justificável o fato de que seria impossível noticiar todos os homicídios, consideramos a postura do jornal é questionável em algumas situações. Na edição de 4 de maio, o jornal publicou mais um balanço de homicídios, dentre os quais a morte a pauladas de um morador de rua, em Campina Grande; e um pai que matou o filho a facadas, no município do Congo. Dois fatos chocantes, duas histórias que poderiam ganhar destaque no jornal, mas que foram contadas, cada uma, em poucas linhas que sequer formaram um parágrafo. Apresentamos, então, dois exemplos de que falta humanização nas

notícias policiais e que a maioria das vítimas está à margem da sociedade. A cobertura seria a mesma caso os personagens fossem pessoas de notório destaque social?

Nas demais edições do mês de maio o que notamos é que as notícias seguem a mesma tendência das anteriores: textos curtos, balanço de ocorrências, falta de humanização e banalização da violência. Achamos conveniente destacar alguns títulos das matérias publicadas no período para mostrar a semelhança. Vejamos: ‘Ex-detentos mortos a tiros em João Pessoa’; ‘Duas pessoas são mortas e três saem feridas no litoral’; ‘Homem é assassinado próximo de prédio da PM em Cabedelo’; ‘Homem é morto dentro de ônibus em Bayeux’; ‘Homem é morto por dupla em moto’; ‘Aposentado é morto a tiros em Lagoa Seca’; ‘Quatro são mortos em menos de 24 h’; ‘Três mortes em quatro horas em Mandacaru’. Não houve aprofundamento da notícia em nenhum dos casos. A construção dos textos seguiu o estilo formulário.

A exceção encontrada no mês de maio foi a matéria publicada na edição de 13 de maio, sobre a chegada do corpo de uma paraibana que foi morta no Rio de Janeiro. O caso ganhou repercussão nacional (o corpo foi achado dentro de uma mala). A mulher foi morta pelo companheiro. O caso ganhou destaque na capa do *Jornal da Paraíba*, que usou imagens da família da vítima em prantos. Notícias sobre o andamento das investigações do caso Aryane Thays também foram tratadas com destaque pelo jornal.

Diante de tudo o que foi exposto, consideramos que a cobertura jornalística referente a casos policiais onde há mortes violentas (homicídios) nem sempre recebe o mesmo tratamento, fazendo uma clara diferenciação entre as vítimas. Algumas mortes são noticiadas com destaque, ilustram a capa do jornal, são acompanhadas diariamente. Outras, são simplesmente tratadas como mais um caso, mais uma morte no cenário da violência urbana. É como se essas vítimas não tivessem importância para o jornal, e conseqüentemente para a sociedade. Os que sempre foram invisíveis durante a vida, também o são após a morte. Para eles não há pedido de Justiça, nem cobrança por uma investigação ágil. Conseqüentemente, há uma evidente banalização da violência à medida que o jornal deixa de problematizar a maioria dos homicídios que a polícia registra na Paraíba.

Outro ponto que se faz importante destacar é que nos casos de repercussão, onde há os mortos ilustres, não observamos a problemática social das drogas, da pobreza e da invisibilidade. Nesses casos, a motivação dos crimes, segundo aponta o jornal, nada

tinha a ver, por exemplo, com dívidas com o tráfico de drogas. Embora o resultado tenha sido o mesmo para todos (a morte), as circunstâncias foram outras que acabam por colocar as vítimas em outro patamar dentro do jornalismo, merecendo não só uma cobertura aprofundada, como também o espaço da manchete e o clamor social.

Notícia	Nota	Reportagem	Relação morte x acerto de contas	Morte relacionada à violência urbana?	Violência doméstica	Polícia foi única fonte da matéria	A matéria trouxe outras fontes além da polícia
12	3	4	14	5	0	14	5

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi analisado ao longo desses capítulos, consideramos importante apontar caminhos e fazer direcionamentos com o objetivo de contribuir com uma melhor cobertura jornalística na área policial. O primeiro ponto a ser destacado é que o jornalista, seja lá de qual área for, precisa ter consciência de seu papel social. O jornalista deve tomar para si a responsabilidade de uma cobertura ética, coerente e de acordo com o que defende a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Sabemos que uma cobertura jornalística não depende apenas do repórter. Longe disso. O repórter, na verdade, se torna apenas um agente no complexo processo midiático, que envolve, dentre outras coisas, o apelo comercial e os interesses de empresários. No final das contas, o repórter pode ter feito a melhor cobertura possível sobre determinado assunto e a matéria acaba não indo ao ar porque contraria interesses de A ou B (que poderiam ser representados aqui pelo dono do jornal e pela empresa que mantém parceria).

Há outros fatores que interferem no processo de produção jornalística, como, por exemplo, o acúmulo de funções. Com o fechamento de redações de jornais impressos, que migram para as versões digitais, as equipes são reduzidas drasticamente. Hoje, o mercado exige que o profissional de jornalismo se reinvente. Para isso, o jornalista precisa ser capaz de entrevistar, gravar vídeo, fotografar, redigir e falar ao telefone ao mesmo tempo. Sem contar as exigências relacionadas às leis trabalhistas, nas quais o jornalista-funcionário precisa cumprir uma determinada carga horária para cumprir a legislação.

A convergência midiática, termo que vem se popularizando nos últimos anos, na prática, representa bem mais que a integração entre os veículos. Representa, aos profissionais da área, o desafio de ser, realmente, multifuncional. Não da forma como eles almejam, mas do jeito que as empresas exigem. Fica de fora quem não atende a esses requisitos. Não há mais espaço para o profissional que se propõe a atuar em apenas uma área – ou apenas escrever, ou apenas fotografar.

Com tudo isso, fica mais fácil compreender a cobertura jornalística policial. Constatamos, pela análise propriamente dita e também pelas declarações dos profissionais aqui entrevistados, que a cobertura policial, assim como a própria polícia, carece de investimentos, de reciclagem, de preparação. Repórter policial precisa de um mínimo de conhecimento sobre direitos humanos e humanização no jornalismo. Não se pode, simplesmente, lançá-lo ao desafio de se aventurar e aguardar o resultado – que pode ser desastroso. Esse papel cabe às universidades, às empresas, aos editores, e, claro, ao próprio repórter.

Isso também não implica dizer que um jornalista experiente em outras editorias vai conseguir fazer a cobertura policial sem cometer erros (ou excessos). Não vai. Caso isso fosse suficiente, não veríamos tantos absurdos publicados diariamente por grandes e renomados veículos de comunicação que colocam seus melhores repórteres para cobrir as notícias de polícia. É importante que a missão social do jornalismo não seja nunca esquecida. Com isso em mente, o repórter está mais preparado para abordar assuntos delicados, no caso mortes violentas, de uma forma respeitosa, sem agredir os direitos e a moral da sociedade, e principalmente da família envolvida.

Outro ponto que constatamos em nosso estudo é a relação – muitas vezes de cumplicidade – entre jornalistas e policiais. Não há questionamentos, não se busca outras verdades dos fatos. As declarações da polícia são publicadas nos jornais praticamente da forma como são repassadas. Percebemos uma clara reprodução de boletins de ocorrência, e essa tese é difícil de ser questionada. Ao reproduzir o que diz a polícia sem ouvir outras fontes, o jornalista comete o pecado com a sociedade, que por sua vez consome aquela notícia e a toma como verdade.

É nesse círculo vicioso que a maioria das vítimas é marginalizada, sem que o jornal ofereça, sequer, o contraponto do que diz a polícia a respeito daquele jovem pobre e negro que foi morto com cinco tiros em uma área periférica da cidade. É mais fácil rotular esse homicídio como ‘mais um acerto de contas’. Ora, ao dizer que a vítima era envolvida com drogas, a polícia minimiza a violência. E a imprensa segue no mesmo ritmo. Não podemos esquecer que há na sociedade o entendimento de que jovem, pobre e negro pode morrer. Prova disso são os números do Mapa da Violência que colocam João Pessoa como a cidade mais perigosa para esse público.

Observamos ainda que a mesma imprensa, ou os mesmos jornalistas, que desprezam outras possibilidades diante da morte de vítimas pobres, se revestem com uma postura de revolta e de indignação quando a vítima é uma pessoa de uma classe social mais privilegiada. Coincidentemente, nesses casos, a polícia também adota uma outra postura: é preciso desvendar o crime, encontrar os criminosos e fazer Justiça. A mesma Justiça que é silenciada nos demais casos.

Por tudo que foi exposto, entendemos que não apenas a cobertura policial precisa se reinventar, mas o jornalismo como um todo. Sobretudo em tempos de redes sociais, que a todo instante disparam informações sobre os mais variados. É exatamente aqui que entra o papel do jornalista, que deve prezar por uma cobertura ética e responsável. Notícias sobre a morte de alguém, hoje, chegam quase instantaneamente aos grupos de WhatsApp – com direito a fotos da vítima ainda agonizando. Todos querem opinar. E muitas vezes, dentro desse cenário, a vítima é

mais uma vez marginalizada. Cabe ao jornalista apurar os fatos, buscar outras versões e levar a notícia da forma mais íntegra possível ao público. Não é só isso. Precisa ainda cobrar das autoridades a efetivação de políticas públicas para reduzir as diferenças em um mundo no qual os diferentes precisam ser tratados no grau de sua diferença, mas nunca de maneira inferior.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Tradução: Jacob Pierce. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. 2 ed. São Paulo: Summus, 1995.
- BARCELLOS, Caco. **Rota 66**: a história da polícia que mata. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Neto. Portugal: Edições 70, 1977.
- BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte especial: dos crimes contra a pessoa. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. São Paulo: Unicamp, 2012.
- BRUM, Eliane. Mãe, onde dormem as pessoas marrons? **El País**. São Paulo, 22 jun. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/22/opinion/1434983312_399365.html>. Acesso: 30 jun. 2015.
- _____. Quando a periferia será o lugar certo, na hora certa? **El País**. São Paulo, 17 ago. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/opinion/1439819813_934995.html>. Acesso em: 17 ago. 2015.
- _____. Denunciados pela linguagem. **El País**. São Paulo, 12 mai. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/12/opinion/1399902051_903721.html>. Acesso em: 01 ago. 2015.
- CABRAL, Reinaldo. O fiasco do jornalismo investigativo. **Observatório da Imprensa**. São Paulo, 13 ago. 2013. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/o_fiasco_do_jornalismo_investigativo/>. Acesso em: 30 jul.15.
- CASTILHO, Márcio de Souza. Dos mortos notáveis aos inomináveis. **Observatório da Imprensa**. São Paulo: 5 jun. 2012. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed697_dos_mortos_notaveis_ao_inominaveis/>. Acesso em: 5 abr. 2015.
- CASOY, Ilana. **Serial killers**: louco ou cruel? Rio de Janeiro: Darkside Books, 2014.

DOYLE, A. C. **As aventuras de Sherlock Holmes**. Tradução: Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CHARADEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

COELHO, Tamires. Sensacionalismo travestido de jornalismo policial. **Observatório da Imprensa**. São Paulo, 5 jun 2012. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/ed697_sensacionalismo_travestido_de_jornalismo_policial/> acesso em: 13 jul 2016.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1996.

FILHO, Clóvis Barros. In: MARCÍLIO, Maria Luiza; RAMOS, Ernesto Lopes. (coord). **Ética na virada do milênio**. 2 ed. São Paulo: LTr, 1999.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Tradução: Raquel Ramalhete. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2012.

FUCCIA, Eduardo Velozo. **Reportagem policial: um jornalismo peculiar**. São Paulo: Realejo, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte especial**. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário (org). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 1989.

JUNIOR, Mauro; PONTE, José Roberto. **Lugar de repórter ainda é na rua: o jornalismo de Ricardo Kotscho**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.

JUNIOR, A. A. B. **Criminologia**. Porto Alegre: Síntese, 2000.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica e entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LAGO, Márcia; BENETTI, Cláudia (orgs). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LUCENA, Tião. Nos tempos de jornal. **Blog do Tião Lucena**. João Pessoa, 25 ago. 2015. Disponível em: < [http://www.blogdotiaolucena.com/noticia/nos-tempos-de-jornal-\(9\)-22817.html](http://www.blogdotiaolucena.com/noticia/nos-tempos-de-jornal-(9)-22817.html)> Acesso em: 14 jul 2016.

MAIA, Clarissa Nunes (et al). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MATHEUS, Letícia Cantarela. **Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MEDINA, Cremilda. **Notícia: um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1988.

McQUAIL, Denis. Tradução: Roberto Cataldo Costa. **Teorias da Comunicação de Massa**. 6 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MOLINA, Antônio García Pablo; GOMES, L.F. **Criminologia**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NETO, Antônio Fausto. **Mortes em derrapagem: os casos Corona e Cazuza**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2004.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal: parte geral**. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. São Paulo: Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni Orlandi. 6. Ed. Campinas: Pontes editores, 2012.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Teoria do jornalismo**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PINHO, J. B. **Jornalismo na internet: planejamento e produção da informação on-line**. 2 ed. São Paulo: Summus, 2003.

- POPPER, Karl. **Em busca de um mundo melhor**. Lisboa: Fragmentos, 1989.
- PORTO, Sérgio Dayrell (org). **O jornal**: da forma ao sentido. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- RAMOS, Biu. **Crimes que abalaram a Paraíba**. Vol 1. João Pessoa: Forma Editorial, 2012.
- RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- RODRIGUES, Ernesto; In: CALDAS, Álvaro. **Deu no jornal**: o jornalismo impresso na era da internet. São Paulo: Loyola, 2002.
- ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo?** São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SALLES, C. A. **Gesto inacabado**: processo de criação artística. São Paulo: Fapesp: Annablume, 1998.
- SANTOS, Nildo Nery. **A teoria do crime**. Belo Horizonte: Nova Alvorada Edições, 1998.
- SANTOS, Walter. **Sepultamento do radialista Anacleto Reinaldo será nesta quarta no Boa Sentença**. João Pessoa, 7 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.wscom.com.br/mobile/noticias/paraiba/sepultamento+do+radialista+anacleto+reinaldo+sera+nesta+quarta+no+boa+sentenca-199784>> Acesso em 14 jul. 2016.
- SOUZA, Zulcy Borges. Jornalismo policial continua sem caráter. **Observatório da Imprensa**. São Paulo, 11 fev. 2014. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/ed785-jornalismo-policial-continua-sem-carater/>> Acesso em: 30 jul. 2015.
- TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. 2 ed. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- TRAQUINA, Nelson. **Porque as notícias são como são**. 2 ed. Ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- _____. **Porque as notícias são como são**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 2. Ed. Florianópolis: Insular, 2008.
- TABAK, Israel; In: CALDAS, Álvaro. **Deu no jornal**: o jornalismo impresso na era da internet. São Paulo: Loyola, 2002.
- TRUZZI, Marcelo; In: ECO, Humberto; SEBEOK, Thomas A. (orgs). **O signo de três**. Tradução: Silvana Garcia. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**: novos padrões da violência homicida no Brasil. 1 ed. Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf> . Acesso em: 18 mai. 2015.

WOODWARD, Bob; BERNSTEIN, Carl. **Todos os homens do presidente**: o caso Watergate e a investigação jornalística mais famosa da história. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

APÊNDICES

Questionário com a jornalista Luzia Santos

O presente questionário faz parte da dissertação do mestrado profissional em jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o título “**O lugar do crime no jornal: uma análise da cobertura policial no *Jornal da Paraíba***”, de autoria da aluna Valéria Sinésio da Silva, com orientação da professora Sandra Moura. O conteúdo deste questionário não deve ser publicado em outros meios.

1. Primeiro, gostaria que relatasse como foi a experiência no período que ficou na editoria Cidades/Policial. Você, em algum momento, foi preparado para ser repórter policial?

Minha passagem pela editoria de Cidades começou por volta do ano de 2006 após ter saído da editoria do caderno de Concursos & Empregos, a época sob a responsabilidade da editora Débora Cristina. Fiquei exclusivamente nesta área entre 2006 e 2008, quando grávida fui transferida para área de cidades/geral por recomendação da editora-geral Angélica Lúcio. Ao retornar da licença-maternidade ainda tive como foco a área policial pelo menos até meados de 2011. Ao enveredar pelo caderno de cidades, inevitavelmente a porta de entrada foi o segmento policial. Não havia uma editoria exclusiva para área de policial cujo assunto era abordado no caderno de Cidades. A editora já era Andrea Alves, mas eu trabalhava no período da manhã e apenas esporadicamente me encontrava com ela. Todas as pautas eram discutidas e pensadas com o chefe de reportagem, cargo exercido por Suetoni Souto Maior. Preparação? Isso ocorria em forma de diálogos com o chefe de reportagem. Ele quem dizia o que considerava importante para empresa e sugeria como trabalhar os fatos. Ele também dava indicações de como outros veículos trabalhavam os acontecimentos de uma forma diferente e humanizada, caminho capaz de cativar o leitor. Em algumas ocasiões, a troca de idéias e a sugestão para ampliar e melhorar a matéria também era discutida com o editor pessoalmente, mas essa era uma ação mais voltada para o chefe de reportagem. Em se tratando de respeito à legislação, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros, houve sugestões de leituras sobre o assunto, mas as orientações eram repassadas pelo chefe de reportagem. Quando migrei para área policial, o repórter que deixava a vaga para assumir uma assessoria de imprensa tinha um texto muito peculiar, muito próximo a um texto literário. Uma das primeiras orientações foi evitar esse tipo de construção.

2. Como era sua rotina diária no jornal? (Chegada, recebimento de pauta, etc).

Por ser um assunto fortemente associado ao factual, eu já acordava e ligava o rádio para me situar sobre os acontecimentos policiais da madrugada e da noite do dia anterior. Minha preocupação já era trazer alguma informação sobre os acontecimentos policiais que poderiam ser abordados também no jornal impresso. Além de ouvir os programas policiais transmitidos pelas rádios locais que começavam às 5h e que tinham a frente Jorge Filho, Vinícius Henrique, entre outros, também tinha na minha rotina de repórter chegar à redação e ligar para as delegacias para checar os registros policiais. De acordo com o que levantava já tinha uma pauta e aí poderia ligar para o chefe de reportagem para sair de imediato ou aguardá-lo. Também para manter o contato com fontes policiais, tinha por hábito ir a Central de Polícia. Era preciso ler os jornais concorrentes, mas ainda não havia tão fortemente, a rotina de verificar os portais. Em relação aos telejornais, quando havia um fato relevante trocava algumas informações com a produção da TV Cabo Branco, mas isto era esporádico.

3. Com base no recorte de matérias feito para a dissertação de mestrado, subtende-se que a maioria era feita por telefone. Era isso mesmo? Se esse recorte levou em conta dados quantitativos, sim. Contudo as matérias maiores exigiam a saída da redação. Era preciso conseguir personagens, mas sempre foi complicado ir aos locais de crime de homicídio ocorridos na madrugada, por exemplo.

4. Em quais situações você, enquanto repórter policial, ia colher a notícia nas ruas? Chacina, explosões a bancos e correspondentes bancários, violência em bairros ou áreas específicas, matérias com foco em pesquisa sobre violência, rebeliões, acidentes de trânsito, etc. Nos casos que envolviam autoridades também sempre era importante ir aos locais de crime e ouvir os envolvidos. Por exemplo, cansei de ir a Central de Polícia, aguardar uma autoridade e/ou uma pessoa de classe social mais abastada prestar depoimento ao delegado para depois pegar um depoimento. Na época, ir ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena para conseguir depoimento de vítimas de violência e/ou seus familiares nunca me rendiam informações relevantes. Primeiro, porque no horário em que chegava era difícil encontrar familiares e depois havia muitas restrições em relação ao acesso ao local onde ficavam os parentes das vítimas. Já no Departamento de Medicina e Odontologia Legal (antigo Instituto de Medicina Legal – IML) eu conseguia mais informações e até contatos com familiares.

5. **Quando ia para a rua, era por iniciativa sua/ do editor/ dos dois? O que era recorrente?**
Para sair da redação era preciso combinar com o chefe de reportagem. A iniciativa poderia partir de qualquer um dos dois – repórter ou editor, mas era preciso primeiro conversar sobre o que se pretendia fazer. Era preciso convencer o chefe de reportagem de que o deslocamento seria relevante para a matéria. Já o editor trabalhava no turno da tarde enquanto eu repórter policiais atuava no período da manhã e os contatos eram mais espaçados. Quando fui trabalhar a tarde, eram os editores de cidades e geral quem decidiam se seria importante sair da redação.
6. **Na visão como jornalista, havia diferença entre uma matéria feita na rua e outra feita pelo telefone?** Em minha opinião enquanto jornalista, a riqueza de detalhes e a humanização do texto ficavam mais fáceis de trabalhar quando ia conseguia sair da redação. Os fatos jornalísticos ganhavam cor, emoção, sensação de proximidade, peculiaridade, etc., quando ia ao local do crime e conseguia conversar com as pessoas – vítimas ou algozes ou autoridades policiais.
7. **Durante nossa pesquisa, observamos muitas matérias no formato ampliado de ‘boletins de ocorrência’, que nos sugere uma simples reprodução do B.O. repassado pela polícia. Enquanto pesquisador, com base em autores renomados, pode afirmar que a simples reprodução do B.O. (o que é muito comum no jornalismo) leva ao público uma notícia superficial, uma vez que o repórter não foi à rua ouvir ‘outras vozes’, não buscou outras verdades. Qual a sua avaliação sobre isso?** Atualmente, com o fechamento de inúmeros jornais impressos, inclusive o Jornal da Paraíba, no qual cheguei a exercer também o cargo de editora, já percebemos que os veículos tradicionais de comunicação não sobrevivem apenas com reproduções de B.O.s. Apesar do hábito de reproduzir os boletins de ocorrência muitas vezes enviados pela própria polícia também ter invadido dezenas de sites, já se sabe que eles não conseguem se monetarizar apenas com tais matérias. Na Paraíba, por exemplo, muitos desses sites se mantêm a custo de verbas oficiais ou seguem desatualizados, alguns meses após serem criados. No Jornal da Paraíba, a luta era evitar os B.O.s produzidos por nós jornalistas ou enviados por email. A situação era complicada, pois em muitas matérias construídas com informações obtidas apenas por telefone não se conseguia fugir do óbvio, muitas vezes nem dava para obter informações sobre prováveis hipóteses ou motivos para o crime. Por outro lado, sair da redação demandava a certeza de ter uma história interessante contar e assim ter argumento para poder disputar carro e fotógrafo. Às vezes, até poderia ser um assunto importante, mas se tornava inviável por não se dispor de tempo hábil para ir ao local do crime, ouvir autoridades policiais e familiares. Havia outras pautas já em andamento ou mais relevantes que poderiam render manchetes. Contudo, também não era suficiente apenas ir à rua para conseguir ouvir ‘outras vozes’ era preciso saber contar histórias, hierarquizar fatos. Era preciso saber inserir as vozes de maneira a construir uma narrativa também comprometida com uma postura ética. Às vezes se acertava, outras, não. O editor reclamava.
8. **Sabemos que a simples reprodução de B.O.s é, na verdade, a consequência de vários fatores: corrida contra o tempo, muitas pautas, pressão do chefe, etc. Contudo, há um problema sério nisso tudo: muitas das vítimas de crimes violentos dos jornais se tornam invisíveis (continuam invisíveis, na verdade). Como jornalista, que avaliação você faz disso?** Valéria, para poder responder esta pergunta, eu preciso que você esclareça, preliminarmente, a afirmação: **Vítimas de crimes violentos dos jornais se tornam invisíveis.** Certamente, para responder este questionamento um caminho possível seria enveredar pelos critérios de noticiabilidade, mas não fico satisfeita. Também acho que seria insuficiente, ressaltar que a orientação sempre foi ouvir os envolvidos em crimes desde vítimas a autoridades policiais, especialistas, etc. Muitas matérias veiculadas diariamente eram apenas factuais, até mesmo um B.O, mas a luta diária era evitar este tipo de construção. Nesse sentido, também seria importante ressaltar que a política no Jornal da Paraíba sempre foi evitar matérias sensacionalistas. Também acredito ser importante ressaltar que mesmo tendo pouco tempo e espaço para reportagens investigativas que demandassem, por exemplo, mais de uma semana, o repórter sempre foi orientado a ouvir todos os envolvidos. Não creio que respondi sua pergunta, por isso, se for possível, seria interessante você esclarecer a afirmação acima transcrita.

Entrevista com o jornalista Phelipe Caldas

A presente entrevista faz parte da dissertação do mestrado profissional em jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o título “**O lugar do crime no jornal: uma análise da cobertura policial no Jornal da Paraíba**”, de autoria da aluna Valéria Sinésio da Silva, com orientação da professora Sandra Moura. O conteúdo deste questionário não deve ser publicado em outros meios.

1. **Primeiro, gostaria que relatasse como foi a experiência no período que ficou na editoria Cidades/Policial. Você, em algum momento, foi preparado para ser repórter policial?** Eu cheguei à editoria policial por acaso. Comecei no Jornal da Paraíba em 2008 e sempre fui freelancer. Já tinha passado pelas editorias de Cultura, Esporte e Cidades quando deixei o Jornal da Paraíba para assumir uma função efetiva no portal Paraíba1 (como repórter político), que era da mesma Rede Paraíba de Comunicação responsável pelo JP. Pouco depois disto, a repórter policial do jornal, Luzia Santos, foi promovida para a função de editora, deixando o cargo vago. Lembro que o JP chegou a contratar uma repórter para a função, mas ela não se adaptou à função. Não sei bem se tinha um texto ruim ou se tinha um ritmo de trabalho lento para os padrões exigidos, mas sei que eu fui chamado para substituí-la. A ideia era que eu ficasse por 20 dias até que alguém definitivo fosse contratado, mas acabei ficando por seis meses. Neste período, eu trabalhava como repórter policial freelancer no jornal pela manhã e à tarde eu cobria a parte política para o portal. Acho que pesou em meu favor o fato de eu já ser um nome conhecido entre os colegas de empresa, mas não tive nenhuma preparação específica para a área policial. Tentei usar no jornalismo policial a bagagem que eu já tinha construído em outras editorias e os princípios éticos que me norteavam como profissional.
2. **Como era sua rotina diária no jornal? (Chegada, recebimento de pauta, etc).** Eu chegava no Jornal da Paraíba às 7h30. Fazia a ronda policial por telefone, ligando para as delegacias, e depois disto eu costumava trocar algumas ideias com a produção da TV Cabo Branco, que também faz parte do grupo. Como cada um fazia sua própria apuração, a gente costumava ver o que tinha em comum e o que cada um tinha de novidade. Mais ou menos nesta hora a gente também recebia a pauta, mas na área policial a pauta era mais aberta. Existia sempre uma matéria especial para ser feita ao longo da semana, mas ela nem sempre era própria da editoria policial. E muitas vezes o resto da pauta saía do que encontrávamos na ronda. Isto mudava apenas nos grandes acontecimentos, seja quando eles acabavam de acontecer, seja para acompanhar o desenrolar do caso. Por exemplo, no Caso Aryane, era comum termos pautas previamente definidas, como acompanhar o enterro, o depoimento do suspeito, etc. Os grandes casos, que duravam dias, semanas ou meses, permitia uma pauta mais fixa. No dia a dia, a funcionalidade era outra.
3. **Com base no recorte de matérias feito para a dissertação de mestrado, subentende-se que a maioria era feita por telefone. Era isso mesmo?** Sim. A maioria das matérias eram feitas por telefone. Principalmente quando eram crimes que respeitavam um certo padrão. Homicídios à noite, oficialmente classificadas como provocadas pelo tráfico de drogas, entre outras. Isto me incomodava um pouco, mas este era o funcionamento. Hoje, inclusive, fazendo uma reflexão já mais maduro, percebo um terrível perigo nesta prática, principalmente conhecendo melhor que a polícia muitas vezes está envolvida em irregularidades ou queima de arquivo, por exemplo. Reproduzir o que diz o BO, muitas vezes, pode fazer com que a mídia apenas referende, ajude a transformar em verdade, a versão que a fonte oficial quer passar. Isto é muito perigoso.
4. **Em quais situações você, enquanto repórter policial, ia colher a notícia nas ruas?** Basicamente, íamos às ruas em grandes acontecimentos. Crimes de grande repercussão (o mais famoso ocorrido na minha época de repórter policial foi o de Aryane), fugas em presídio, assaltos à banco, ocupações policiais em comunidades, e acidentes de grandes proporções. São todas ocorrências reais que eu cheguei a cobrir na época em que fui repórter policial do JP.
5. **Quando ia para a rua, era por iniciativa sua/ do editor/ dos dois? O que era recorrente?** Dificilmente eu conseguia ir à rua por iniciativa exclusivamente minha. Existia limitação de locomoção e já havia um consenso de que só valia a pena sair da redação nestes grandes acontecimentos citados acima. Então quando eles aconteciam, já existia um sentimento mútuo de que era hora de sair da redação. Lembro que em apenas um caso eu realmente insisti na pauta na rua. Era uma matéria sobre balanço de ocorrências após o Feriado de Semana Santa. E me marcou o fato de 36 pessoas terem sido mortas na Paraíba. Era uma matéria que em regra se faria com os dados telefônicos, mas achei que o número era alto demais para não ir em busca de algo mais. Acabou que fomos ao Gemol e tivemos acesso, por exemplo, ao livro de ocorrências. Só isto já nos deu informações adicionais que não conseguiríamos por telefone. Por exemplo, duas

das pessoas tinham sido assassinadas a paulada, o que considero uma das formas mais primitivas de assassinato. Deu para construir um texto menos mecanizado, ainda que este não tenha sido um caso em que conseguimos colocar “outras vozes” no texto.

6. **Na visão como jornalista, havia diferença entre uma matéria feita na rua e outra feita pelo telefone?** Sem dúvida alguma. Sair da redação permita que você converse com as pessoas, sinta o que aconteceu, traga ao texto outros elementos. O texto fica menos artificial, mais humanizado. Acredito que já na época vivíamos com a crise do impresso. Não dá para um único repórter cobrir in loco tudo o que acontece, imagino, e por isto o entendimento de não sair para “qualquer coisa”. Mas as saídas eram sempre muito proveitosas. Mais uma vez citando o Caso Aryane, lembro que eu fui um dos primeiros repórteres a chegar na cena do crime. Você consegue reunir os elementos do acontecimento, sem ficar refém do que e como o policial vai lhe dizer por telefone. Nestes casos, você fica dependendo inclusive do bom humor do policial, isto sem contar o que já falei sobre possíveis reconstruções da verdade a bel prazer da polícia. Gostaria de dizer também que quando fui repórter policial, eu ainda era muito novo na profissão. Mesmo os textos que escrevi quando ia para a rua, acho hoje que eu ainda me apegava muito ao óbvio. Ao “lead duro”. Às “perguntas fundamentais”. Hoje, depois de dez anos de profissão, acho que aqueles textos careciam mais de emoção, de descrever o que era possível se ver, transferir ao leitor a cena que foi vista. Claro que na medida certa. Sem sensacionalismos baratos ou apelos desnecessários. Na verdade, tem muita cobertura que lembro da apuração sem lembrar propriamente de como foi o meu texto, mas me parece que hoje eu teria abordagens diferentes em alguns casos.
7. **Durante nossa pesquisa, observamos muitas matérias no formato ampliado de ‘boletins de ocorrência’, que nos sugere uma simples reprodução do B.O. repassado pela polícia. Enquanto pesquisadores, com base em autores renomados, podemos afirmar que a simples reprodução do B.O. (o que é muito comum no jornalismo) leva ao público uma notícia superficial, uma vez que o repórter não foi à rua ouvir ‘outras vozes’, não buscou outras verdades. Qual a sua avaliação sobre isso?** Concorro plenamente com o texto que precede a pergunta. Era isto mesmo. E repito: aquilo já me incomodava na época. E tornou-se um incômodo ainda mais grave avaliando tudo o que vi tantos anos depois. A reprodução de BO era algo muito ruim. Lembro que várias vezes eu me incomodava porque os próprios textos não mudavam muito um do outro. Lembro que na época eu tinha esta preocupação. De tempos em tempos puxar o caso por um outro ângulo, por uma outra abordagem, para mudar o texto. Hoje eu tenho uma análise ainda mais grave, algo que já citei mais acima. A maioria dos casos eram de crimes cometidos no meio da rua, em duplas numa moto, por motivações de drogas. Era um padrão muito perfeito. Avaliando hoje, não tenho como dar certeza se um desses homens não foram mortos pela própria polícia. E a imprensa acabou reproduzindo a “versão cômoda”. Hoje, tenho uma maturidade que me permite perceber que aquela prática era muito ruim para o jornalismo policial. O que me leva a uma conclusão: não me preocupo tanto com a apuração dos grandes casos. Estes são bem apurados e mastigados até que nos aproximemos o mais próximo possível do pode ou deve ser a verdade (ainda que a própria verdade seja um conceito difícil de se chegar hoje em dia). Preocupo-me de verdade com os pequenos casos. Os homens mortos em bares, em ruas escuras, nas “bocadas”, estes me assustam. Não temos garantias nenhuma de que o que está no BO é a verdade. E no entanto o jornalista reproduz aquilo sem se questionar muito. Se tivesse a experiência que tenho hoje naquela época, tentaria de forma mais enérgica mudar os costumes de então.
8. **Sabemos que a simples reprodução de B.O.s é, na verdade, a consequência de vários fatores: corrida contra o tempo, muitas pautas, pressão do chefe, etc. Contudo, há um problema sério nisso tudo: muitas das vítimas de crimes violentos dos jornais se tornam invisíveis (continuam invisíveis, na verdade). Como jornalista, que avaliação você faz disso?** Acho que acabei respondendo isto na questão anterior. A invisibilidade das vítimas traz uma sensação de naturalidade, de aceitação, de rotinização da violência. Os mortos perdem os nomes, os rostos, as histórias. Viram apenas números, dados, registros. Tudo isto eu concordo. Mas ressalto que me maior medo nem é este. Meu maior medo é pensar em quantos crimes cometidos pelas autoridades policiais, ou que ao menos foram encobertos por eles, que o jornalista acaba ajudando a esconder ao escutar apenas a fonte oficial. Não entendo, analisando hoje, e mesmo ciente de que já fiz isto no passado, como um jornalista escreve sobre a morte de um homem em um bar, sem ter ido neste bar. Sem ter visto as mesas bagunçadas. O sangue no chão. O medo nos rostos das pessoas. Sem tentar entender o que de fato aconteceu. Sem ao menos perguntar a algum vizinho se aquilo foi aquilo mesmo ou se foi alguma outra coisa. Descreve-se todo uma cena e crime com base exclusiva num nome, num motivo e numa

descrição de três ou quatro linhas de um documento que está sendo lido por outrem, via telefone, por um interlocutor que muitas vezes você também não conhece. Não é difícil perceber que isto está errado.

Entrevista com o jornalista João Paulo Medeiros

A presente entrevista faz parte da dissertação do mestrado profissional em jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o título **“O lugar do crime no jornal: uma análise da cobertura policial no *Jornal da Paraíba* de autoria da aluna Valéria Sinésio da Silva, com orientação da professora Sandra Moura. O conteúdo deste questionário não deve ser publicado em outros meios.**

1. **Primeiro, gostaria que relatasse como foi a experiência no período que ficou na editoria Cidades/Policial. Você, em algum momento, foi preparado para ser repórter policial?** Acho que ninguém é preparado para ser repórter policial. Respondo assim não como uma crítica à faculdade, muito menos ao mercado. Mas sim pelo fato de que ser repórter policial é de fato um desafio constante e muito dinâmico. Ser repórter policial é estar preparado para sentir a dor alheia, encarar tragédias, ver o desespero e as mais difíceis situações da vida em sociedade. Ser repórter policial é estar preparado para tomar conhecimento de muitas injustiças e perceber o quanto o ser humano é capaz, às vezes, de perder a própria dignidade. Sendo assim, acho que não fui preparado para ser repórter policial, nem jamais seria, visto que é algo que “nenhuma preparação” abarcaria tamanha peculiaridade. Sobre minha experiência cobrindo a editoria, o que posso dizer é que comecei a gostar de jornalismo quando comecei a fazer matérias policiais. Até então... eu não gostava. Fazia por necessidade.
2. **Como era sua rotina diária no jornal? (Chegada, recebimento de pauta, etc).** No jornal chegava bem cedo, por volta das 7h30. Mas a rotina começava em casa. Às 5h30 já tinha que estar ligado nas rádios que noticiavam os boletins da polícia. Ao chegar na redação, nunca fui de procurar pautas. Ou eu já sabia do que tinha acontecido no dia anterior (porque tinha ouvido no rádio), ou então saía ligando para as fontes e aos poucos formulava minha própria pauta. A rotina era pesada. Quase sempre eu estourava o cartão do ponto e não dava para sair na hora.
3. **Com base no recorte de matérias feito para a dissertação de mestrado, subtende-se que a maioria era feita por telefone. Era isso mesmo?** Sim. Verdade. A maior parte das matérias era feita por telefone. Não tínhamos condições de cobrirmos todas as pautas pessoalmente, *in loco*.
4. **Em quais situações você, enquanto repórter policial, ia colher a notícia nas ruas?** Geralmente isso dependia muito do fluxo de notícias que a equipe teria que cobrir e sobretudo da relevância dos acontecimentos policiais. Por exemplo: um grande incêndio numa rede de supermercados com certeza teria nossa equipe presente. Já uma prisão de ladrão de aparelhos celulares não teria.
5. **Quando ia para a rua, era por iniciativa sua/do editor/dos dois?** O que era mais recorrente?
Sempre havia uma 'conversa' e avaliação prévia. Meu papel era conseguir as informações e convencer a chefia de reportagem de que valeria a pena irmos para a rua. Sempre gostei de ir pra rua... sem contar que é na rua que apuramos melhor os fatos. Nenhuma ligação telefônica substitui o corpo a corpo com a fonte.
6. **Na sua visão como jornalista, havia diferença entre uma matéria feita na rua e outra feita pelo telefone?** Com certeza. Como já antecipei na resposta anterior. O contato corpo a corpo é sempre melhor e mais importante. Isso tem um resultado prático tremendo na qualidade do material. Uma matéria feita por telefone não tem a mesma emoção... é impossível escrever um texto feito por telefone igual a um texto em que você viu e ouviu os detalhes da história.
7. **Durante nossa pesquisa, observamos muitas matérias no formato ampliado de ‘boletins de ocorrência’, o que nos sugere uma simples reprodução do B.O. repassado pela polícia. Enquanto pesquisadores, com base em autores renomados, podemos afirmar que a simples reprodução do B.O. (o que é muito comum no jornalismo) leva ao público uma notícia superficial, uma vez que o repórter não foi à rua ouvir ‘outras vozes’, não buscou outras verdades. Qual a sua avaliação sobre isso?** A minha avaliação é a mesma. Infelizmente, por motivos diversos, o jornalismo policial é quase que resumido aos BO's. É

difícil fugir disso... é uma luta árdua! A minha avaliação é mesma. A ampliação de BO's é muito perigosa e prejudicial à verdade dos fatos.

8. **Sabemos que a simples reprodução de B.O.s é, na verdade, a consequência de vários fatores: corrida contra o tempo, muitas pautas, pressão do chefe, etc. Contudo, há um problema sério nisso tudo: muitas das vítimas de crimes violentos dos jornais se tornam invisíveis (continuam invisíveis, na verdade). Como jornalista, que avaliação você faz disso?** Sempre pensei muito nisso. Aliás... penso até hoje. As perguntas que mais me perturbam quando faço qualquer matéria (sobretudo aquelas que expõe alguém) é: “eu estou fazendo mesmo a coisa certa?“, “O que acontecerá com a vida do personagem da matéria após a veiculação?”. Isso é muito difícil... sobretudo quando se trata de jornalismo policial, onde quase sempre os personagens estão envolvidos em situações que por si só já são constrangedoras e dolorosas. Acho que o jornalismo policial tem uma grande responsabilidade; maior do que as demais editorias: a responsabilidade com a vida e a dignidade das pessoas envolvidas nos fatos.

ANEXOS



FIGURA 1- Notícia policial, com destaque para “indícios de ligação com o tráfico de drogas”.

VIOLÊNCIA

Dupla executa menor a tiros por causa de dívida de droga

■ **JOÃO PAULO MEDEIROS**

O bairro do Tambor, em Campina Grande, foi palco de uma cena que vem se repetindo nos últimos anos no município. Por volta das 21h30 do último domingo, dois homens armados com pistolas e ainda não identificados executaram com pelo menos dois tiros um adolescente de 16 anos. O motivo, conforme a polícia, seria a existência de uma dívida gerada por drogas e contrada pelo jovem durante o mês passado. O assassinato foi praticado na frente da mãe e de seis irmãos menores do jovem.

Segundo a polícia, os dois criminosos chegaram na residência do adolescente, localizada na Rua do Juá, e o chamaram. Após exigirem a quantia supostamente refe-

rente à dívida, de R\$ 30, os bandidos deram início a uma série de disparos contra a vítima. Pelo menos dois deles atingiram a cabeça e o pescoço do garoto, que ainda tentou fugir para o interior de sua casa, mas acabou morrendo ainda no local.

Na manhã de ontem a tia do adolescente, Terezinha Queiroz, de 32 anos, contou que o seu sobrinho era viciado em drogas há dois anos. "Um deles chamou o menino aqui em casa e os outros dois ficaram escondidos atrás de uma oficina. Quando meu sobrinho saiu eles conversaram por um minuto e foram atirando. Ele correu para dentro de casa, mas mesmo assim foi perseguido e morto", relatou.

De acordo com os familiares, o vício das drogas já tinha feito o jovem deixar a escola e o trabalho.

"Ele não estudava mais e a gente sabia que tinha essa dívida. Ele tinha um bom comportamento em casa, só quando se envolvia com essas crises é que mudava", relatou Terezinha Queiroz. A mãe do adolescente, Cícera Queiroz de Sousa, relatou à polícia que os dois homens utilizaram uma motocicleta para fugir, após praticarem o crime. Ela ainda revelou que o adolescente era utilizado como 'entregador' de entorpecentes para traficantes que atuam no bairro.

Políciais militares foram acionados, estiveram no local e realizaram buscas pela comunidade, mas não conseguiram localizar nenhum dos suspeitos. O corpo do adolescente foi encaminhado para a Unidade de Medicina Legal (UML) de Campina Grande para ser necropsiado.

FIGURA 2 – Notícia policial sobre morte de um jovem. A polícia fala em dívida com o tráfico.



FIGURA 4 – Destaque na capa para morte da jovem Aryane Thays.



FIGURA 6 – Mais uma vez, a cobertura sobre o caso Aryane Thays ganha destaque na capa.

1. CARO NENEM / As circunstâncias do desaparecimento de Aryane Thays, assassinada no estúdio do seu canal no YouTube

Gominho: crime não ficará impune

1. CARO NENEM /

Nos meses de isolamento imposto desde o início da pandemia de covid-19, o mundo parece ter parado. Mas não é bem assim. Em meio ao silêncio, há uma vida pulsante, uma luta silenciosa por justiça e verdade. É o caso de Aryane Thays, uma jovem de 22 anos, assassinada em seu estúdio de YouTube em São Paulo. O crime ocorreu em 15 de março de 2020, e desde então, a família e os amigos têm buscado a verdade e a justiça.

A família, especialmente os pais, Aryane e o pai, têm buscado a verdade e a justiça. Eles têm feito tudo o que está ao seu alcance para garantir que o crime não fique impune. Eles têm buscado a verdade e a justiça, e têm feito tudo o que está ao seu alcance para garantir que o crime não fique impune.

Foram por volta de 15 horas, quando Aryane estava em seu estúdio de YouTube, que o crime ocorreu. Ela estava sozinha, e o assassino não foi identificado.

O crime ocorreu em um momento em que o mundo estava em isolamento. Aryane estava em seu estúdio de YouTube, e o assassino não foi identificado. O crime ocorreu em um momento em que o mundo estava em isolamento.

A família, especialmente os pais, Aryane e o pai, têm buscado a verdade e a justiça. Eles têm feito tudo o que está ao seu alcance para garantir que o crime não fique impune. Eles têm buscado a verdade e a justiça, e têm feito tudo o que está ao seu alcance para garantir que o crime não fique impune.



A família, especialmente os pais, Aryane e o pai, têm buscado a verdade e a justiça. Eles têm feito tudo o que está ao seu alcance para garantir que o crime não fique impune. Eles têm buscado a verdade e a justiça, e têm feito tudo o que está ao seu alcance para garantir que o crime não fique impune.

A família, especialmente os pais, Aryane e o pai, têm buscado a verdade e a justiça. Eles têm feito tudo o que está ao seu alcance para garantir que o crime não fique impune. Eles têm buscado a verdade e a justiça, e têm feito tudo o que está ao seu alcance para garantir que o crime não fique impune.

A família, especialmente os pais, Aryane e o pai, têm buscado a verdade e a justiça. Eles têm feito tudo o que está ao seu alcance para garantir que o crime não fique impune. Eles têm buscado a verdade e a justiça, e têm feito tudo o que está ao seu alcance para garantir que o crime não fique impune.

2. COM SÍMBOLOS

Menina é perseguida e executada

2. COM SÍMBOLOS

Uma menina de 15 anos foi assassinada em sua casa em São Paulo. O crime ocorreu em 15 de março de 2020, e desde então, a família e os amigos têm buscado a verdade e a justiça. O crime ocorreu em um momento em que o mundo estava em isolamento.

FIGURA 7 – Cobertura policial sobre o caso Aryane Thays. Ao lado, uma nota sobre outra morte.

VIOLÊNCIA

Estudante e mais duas pessoas são mortas no final de semana

■ **JOÃO PAULO MEDEIROS**

O final de semana foi de medo e violência para os moradores dos municípios de Campina Grande, Cubati e Nova Floresta, nas regiões do Agreste, Seridó e Curimataú paraibano. Em um intervalo de 10 horas, no último domingo, um adolescente e dois homens foram assassinados com requintes de crueldade. Embora isolados, nenhum dos crimes teve os autores presos. No caso de Campina Grande, a vítima foi o adolescente Guilherme Pereira Silva, de 13 anos, executado com duas pancadas desferidas com barras de ferro. O crime foi na rua Quebra Quilos, no Centro da cidade.

Segundo a polícia, o jovem passava pelo local por volta das 20h na companhia de amigos e de uma namorada, quando teria sido abordado por pessoas desconhecidas que

militares foram acionados, mas ao chegarem ao local não encontraram nenhum dos suspeitos, que fugiram a pé em direção à Feira Central.

O menor, conforme os familiares, morava em uma barraca improvisada juntamente com a mãe, Elisabete Pereira de Lima, de 48 anos, e o padrasto, e não possuía envolvimento com drogas ou inimigos. “Ele me ajudava no trabalho vendendo na barraca. Que a gente soubesse, ele não tinha inimigo nem tinha sido ameaçado. Quando fiquei sabendo fui por um amigo dele, que veio me avisar”, relatou a mãe do adolescente, ainda transbordando com a morte do garoto.

As suspeitas iniciais, entretanto, conforme a polícia, são de que o menor se envolveu em uma confusão juntamente com os amigos e acabou morrendo. A mãe dele contou ainda que o estudante, que fazia a 6ª série na Escola Estadual Solon

resta, um homem armado e ainda não identificado arrombou a casa do agricultor Severino Rodrigues Pereira, de 50 anos, na rua Pedro Gondim no Centro da cidade, invadiu o local e executou com três tiros a vítima que estava dormindo.

O crime aconteceu no final da noite e os vizinhos relataram que não reconheceram o autor do assassinato. No entanto, a polícia já possui o nome de um suspeito e acredita que a morte tenha sido motivada por um relacionamento amoroso do agricultor com uma parente do suposto suspeito, que não teve o nome divulgado (para não atrapalhar o andamento das investigações).

Em Cubati, o morador de rua Severino Jeremias Santos, de 43 anos, foi assassinado a tiros depois de ter sido espancado com socos e pontapés em uma rua situada na periferia da cidade, por volta

FIGURA 8 – Cobertura policial que traz a morte de um morador de rua.

VIOLÊNCIA/ Na capital, bairros do Cristo Redentor e Mandacaru lideram número de assassinatos

Polícia registra 37 homicídios no Estado durante a Semana Santa

■ PHELIPE CALDAS

Os números da violência na Paraíba assustam. Apenas na Semana Santa de 2010, entre meia-noite da última quinta-feira e a manhã de ontem, o Estado registrou 37 homicídios. Ao todo foram 34 mortes provocadas por armas de fogo e três espancamentos por pauladas. E na região polarizada por João Pessoa, o maior número de registros: 15 assassinatos.

Bairros como Cristo Redentor e Mandacaru lideram o número de homicídios na capital paraibana. No primeiro aconteceram cinco homicídios, enquanto que

no segundo foram três mortes. Entre elas, uma menina de dez anos, Grazielle Oliveira da Silva, morta em Mandacaru vítima de uma bala perdida na noite de sábado. Homens armados trocavam tiros quando a garota foi atingida.

Os índices de violência foram tão altos que as próprias pessoas que trabalham na Gerência de Medicina e Odontologia Legal (Gemol) de João Pessoa, tão acostumados com este tipo de ocorrências, se disseram impressionados. “É muita morte para um período

tão pequeno. E é porque este foi um feriado dito santo”, destacou um dos funcionários, que por cautela prefere não ser identificado.

A primeira morte do feriadão aconteceu em Pedras de Fogo,

Zona da Mata, na madrugada do dia 1º de abril. Luzinaldo Ferreira de Araújo, 26 anos, bebia em um bar da cidade quando foi morto a

balas por um homem de uma outra mesa, que começara a discutir pouco tempo antes. Este foi apenas o primeiro de oito homicídios que aconteceriam em João Pessoa ou

em cidades próximas apenas neste dia.

O último homicídio aconteceu no final da noite de domingo, quando um adolescente de 16 anos foi morto em Mandacaru. Ele fechou um dia igualmente sangrento que registrou outros seis assassinatos na mesma região.

Na contagem final dos corpos que deram entrada no Gemol, além dos homicídios já citados, tiveram ainda um afogamento, um atropelamento, uma morte natural, uma vítima de asfixia (após um homem se engasgar com um pedaço de carne) e quatro acidentes de carros (dois deles em estradas federais).

*Uma criança
vítima de bala
perdida está na
lista dos mortos*

FIGURA 9 – Balanço de ocorrências policiais no *Jornal da Paraíba*. Vidas (ou mortes) reduzidas a números.